

DANIELLE PEREIRA DE ARAÚJO

**FINANCIAMENTO ELEITORAL DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DE
FINANCIAMENTOS NAS CAMPANHAS PROPORCIONAIS DO
PT NO NORDESTE**

CAMPINAS, 2012



Universidade Estadual de Campinas
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Doutorado em Ciências Sociais

DANIELLE PEREIRA DE ARAÚJO

**FINANCIAMENTO ELEITORAL DO PARTIDO DOS
TRABALHADORES: UM ESTUDO SOBRE A DINÂMICA DE
FINANCIAMENTONAS CAMPANHAS PROPORCIONAIS DO
PT NO NORDESTE**

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas, para obtenção do Título de
Mestre em Ciência Política.**

Orientador: Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA TESE
DEFENDIDA E APROVADA PELA COMISSÃO JULGADORA.
CPG, 05/03/2012**

CAMPINAS, 2012
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

Araújo, Danielle Pereira de, 1986-.
Ar15f Financiamento eleitoral do Partido dos
Trabalhadores: um estudo sobre a dinâmica de
financiamento nas campanhas proporcionais do PT no
Nordeste / Danielle Pereira de Araújo. Campinas, SP
: [s. n.], 2012.

Orientador: Bruno Wilhelm Speck.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partido dos Trabalhadores (Brasil). 2. Eleições –
Brasil, Nordeste. 3. Campanha eleitoral – Brasil, Nordeste.
4. Campanha eleitoral – Finanças – Brasil, Nordeste. I.
Speck, Bruno Wilhelm, 1960- II. Universidade Estadual de
Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: Funding election of the Labor Party: a study of the
dynamics of financing campaigns proportion of the PT in Northeast

Palavras-chave em inglês:

Election – Brazil, Northeast

Election campaign – Brazil, Northeast

Election campaign – Finance – Brazil, Northeast

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Mestre em Ciência Política

Banca examinadora:

Bruno Wilhelm Speck [Orientador]

Wagner Pralon Mancuso

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Data da defesa: 05-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Danielle Pereira de Araújo

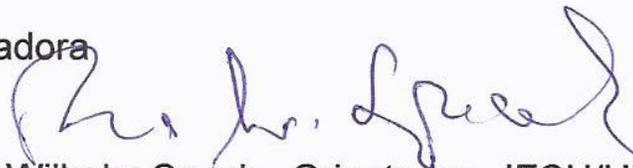
Financiamento eleitoral do Partido dos Trabalhadores: um estudo sobre a dinâmica de financiamento nas campanhas proporcionais do PT no Nordeste.

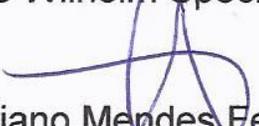
Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ciência Política

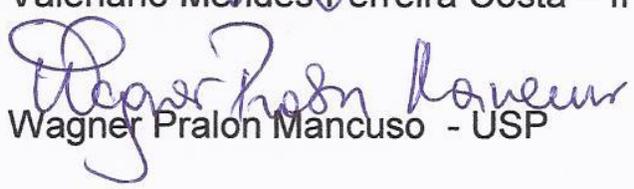
Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 05/03/2012.

Comissão Julgadora

Titulares:


Prof. Dr. Bruno Wilhelm Speck - Orientador - IFCH/UNICAMP


Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa – IFCH/UNICAMP


Prof. Dr. Wagner Pralon Mancuso - USP

Suplentes:

Profa. Dra. Rachel Meneguello - IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga - UFSCar

AGRADECIMENTOS

A UNICAMP e à Capes que forneceram recursos humanos e materiais necessários para a realização desta pesquisa.

Ao professor Bruno Speck que aceitou gentilmente orientar-me nesta empreitada, concedendo a frutífera oportunidade de adentrar nessa área, me oferecendo sempre pacientemente o norte desse tema, ainda novo no Brasil, e da qual ele é referência no país. Professor, meus sinceros agradecimentos.

Aos queridos colegas que estiveram presentes durante esses anos de mestrado: Maíra e Pedro.

A família campineira que me acolheu e que sem eles quiçá esse caminhada teria sido impossível: BH, Bibi, Carol Pinho, Cris, Chuck, Euclides, Gabes Violet, Humberto, Ismael, Jiló, Julião, Laurete, Lili, Mari, Marijapa, Palita, Paulinha, Regi, Sérgio, Samba do Soci, Vlad.

A minha família no Ceará, em especial minha Mãe, grande guerreira, e minha irmã, estímulos fundamentais da minha caminhada. A vocês tudo que sou hoje.

Ao meu companheiro de caminhada a quem dedico essa dissertação pela paciência e dedicação a nós dois. Obrigada por tudo Colombini!

RESUMO

O presente estudo busca levantar questões no intuito de compreender as transformações no PT sob o prisma do financiamento de suas campanhas eleitorais, tendo como hipótese que várias transformações ocorreram no Partido dos Trabalhadores e o custeio de suas campanhas eleitorais não fugiram dessa ‘onda’ de modificações. A fonte fundamental da coleta dos dados no presente estudo referentes ao financiamento eleitoral dos candidatos do PT (e demais partidos) foi basicamente o site do Tribunal Superior Eleitoral. Em decorrência do massivo volume de informações disponíveis no TSE e os objetivos a que se propõe esse estudo, optei por eleger alguns estados para possibilitar que a realização do projeto fosse feito sem maiores prejuízos qualitativos. Os estados da Bahia e do Ceará foram escolhidos e para tal considerei as mudanças ocorridas sob o aspecto político eleitoral na última década no dois estados. As transformações na perspectiva de ação e orientação ideológica do Partido dos Trabalhadores parecem ficar evidentes no padrão de financiamento das suas campanhas eleitorais. O financiamento eleitoral petista, nos últimos pleitos parece sinalizar novas práticas político-eleitorais que por sua vez são contraditórias em relação aos princípios históricos do PT. Um dos indicadores dessas transformações é o aumento do volume de financiamento das campanhas eleitorais petistas. A comparação entre o volume de recursos financeiros utilizados pelo PT entre os pleitos de 2002 e 2010 nas disputas eleitorais aponta para uma crescente importância dada a estes, caracterizando um possível processo de monetarização das campanhas petistas.

ABSTRACT

This study raises some questions in order to understand the changes in the PT through the prism of the financing of their campaigns, the hypothesis that several changes occurred in the Labor Party and the cost of his did not run this 'wave' of change. The source of data collection in this study regarding the financing of the PT candidates (and other parties) was basically the site the Superior Electoral Court. Due to the massive quantity of the information available on TSE and objectives that are proposed the study, chose to elect some states to allow the completion of study done without further loss of quality. The states of Bahia and Ceará were chosen for this and considered the changes in the political elections in the last decade in two states. The changes in the perspective of action and ideological orientation of the Labor Party seem to be evident in the pattern of financing of their campaigns. The campaign finance PT in the last elections seems to signal new political and electoral practices which in turn are contradictory to the principles of historical PT. One indicator of these changes is the increase financing of election campaigns PT. The comparison between the amount of funds used by the PT between 2002,2006 and 2010 elections in electoral disputes points to a growing importance attached to those characterizing a possible process of monetization campaigns PT.

Sumário

Introdução.....	1
Objetivos, hipóteses e indicadores empíricos	1
Capítulo 1- Partidos Políticos: uma revisão bibliográfica	9
1.a. A conceitualização de Partidos políticos na Ciência Política.....	9
A questão da institucionalização	10
1.b. Estudos sobre o Partido dos Trabalhadores.....	17
1.c. O financiamento político na Ciência Política.....	21
Capítulo 2- Aspectos institucionais relevantes do financiamento eleitoral no Brasil: leis eleitorais	25
2.a. O financiamento de campanhas na Legislação Eleitoral brasileira	25
Accountability vertical na legislação eleitoral brasileira.....	25
A participação do Estado brasileiro no sistema de financiamento partidário: o fundo partidário.....	29
2.b. O financiamento público nos estatutos partidários brasileiros	30
Cap. 3- O caso da Bahia	33
3.a. Breve caracterização da história política do estado.....	33
3.b. Breve caracterização das eleições de 2002 e 2006 e desempenho do PT na Bahia	39
PT e Eleições 2002 na Bahia.....	39
PT e Eleições 2006 na Bahia.....	41
Cap. 4- O caso do Ceará	45
4.a. Breve caracterização da história política do estado.....	45
Políticas de desenvolvimento rural, conflitos de terra e erosão das relações políticas tradicionais na zona rural cearense.....	46
Movimentos sociais, o campo das esquerdas e o nascimento do Partido dos Trabalhadores no Ceará	49
Um projeto modernizador para o Ceará: a ‘era das mudanças’	52
4.b. Breve caracterização das eleições de 2002 e 2010 e desempenho do PT no Ceará	55
PT no Ceará: eleições de 2002, 2006 e 2010	55
Cap. 5- Análise do papel exercido pelo financiamento nas campanhas eleitorais petistas nas eleições de 2002, 2006 e 2010 a nível nacional (Brasil) e local (Bahia e Ceará).....	61
Observações sobre o volume total de financiamento.....	61

Comparando o volume de financiamento do PT no Brasil com o financiamento do DEM, PMDB e PSDB nos pleitos de 2002, 2006 e 2010.....	62
Comparando o volume de recursos do PT, DEM, PMDB e PSDB nos estados da Bahia e Ceará entre 2002 e 2010	64
Comparando o volume de recursos do PT no Brasil e do PT nos estados da Bahia/ Ceará entre 2002 e 2010	67
Comparando o volume de financiamento do PT no Brasil e a votação alcançada pelos candidatos à cargos proporcionais nos pleitos de 2002, 2006 e 2010	70
Comparando o volume de financiamento do PT no Brasil, no Ceará e na Bahia nos pleitos de 2002, 2006 e 2010 no tocante à natureza do financiamento privado: pessoas físicas e jurídicas.....	78
Considerações finais.....	83
Referências Bibliográficas	87
Anexos	90

Lista de Gráficos

Gráfico 1- Participação dos 4 maiores partidos no total de recursos para todos os cargos nas campanhas eleitorais entre 2002 e 2010.....	2
Gráfico 2- Financiamento PT Deputado Federal e Deputado Estadual Bahia e Ceará- valor absoluto e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos (2002-2010).....	5

Lista de Quadros

Quadro 1- Eleições para senador da Bahia pós-ditadura.....	34
Quadro 2- Eleições para governador da Bahia pós-ditadura	34
Quadro 3- Eleições para prefeito de Salvador pós-ditadura	33
Quadro 4- Comparativo de conflitos de Terra no Ceará (números absolutos)	48
Quadro 5- Eleições para prefeito de Fortaleza pós ditadura	52
Quadro 6- Eleições para governador do Ceará pós-ditadura	54
Quadro 7- Eleições para senador da Ceará pós-ditadura.....	54

Lista de Tabelas

Tabela 1- Índice de Fragmentação Partidária para o cargo de Deputado Estadual na Bahia.....	36
Tabela 2- Índice de Fragmentação Partidária para o cargo de Deputado Estadual no Brasil.....	36
Tabela 3- Composição da Câmara pelos representantes eleitos da Bahia entre 2002 e 2010: bancada governista, oposição e neutros (%)......	37

Tabela 4- Composição da Assembleia Legislativa da Bahia entre 2002 e 2010: bancada governista, oposição e neutros (%)	43	38
Tabela 5- Votação da Bahia nos candidatos do PT à Presidência da República entre 1994 a 2010 (%)		40
Tabela 6- Média de votação para o cargo de governador- BA/2002(%)		41
Tabela 7- Média de votação para o cargo de governador- BA/2006 (%)		42
Tabela 8- Indicadores relativos da População Economicamente Ativa do Ceará entre 1970 e 1986 (%)		47
Tabela 9-- Índice de Fragmentação Partidária no Ceará para o cargo de Deputado Estadual		56
Tabela 10- Índice de Fragmentação Partidária no Brasil para o cargo de Deputado Estadual		56
Tabela 11- Composição da Câmara pelos representantes eleitos do Ceará entre 2002 e 2010: bancada governista, oposição e neutros (%)		56
Tabela 12- Composição da Assembléia Legislativa do Ceará entre 2002 e 2010: bancada governista, oposição e neutros (%)		57
Tabela 13- Votação do Ceará nos candidatos do PT à Presidência da República entre 1994 a 2010 (%)		58
Tabela 14- Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT, DEM, PMDB e PSDB-Brasil (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos)		63
Tabela 15- Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT, DEM, PMDB e PSDB-Bahia (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos)		65

Tabela 16- Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT, DEM, PMDB e PSDB-Ceará (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos).....66

Tabela 17- Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT Brasil X PT Bahia (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos).....68

Tabela 18-Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT Brasil X PT Ceará(valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos).....69

Tabela 19-Recursos destinados para os cargos proporcionais: PT Bahia X PT Ceará(valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos).....70

Tabela 20-Média de recursos gastos por voto e por candidato para o cargo de Deputado Estadual: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará.....71

Tabela 21-Média de recursos gastos por voto e por candidato para o cargo de Deputado Federal: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará.....75

Tabela 22-Doações de Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ) para o cargo de Deputado Estadual entre os anos de 2002 e 2010: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará.....79

Tabela 23- Doações de Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ) para o cargo de Deputado Federal entre os anos de 2002 e 2010: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará.....80

Lista de siglas e abreviaturas

Partidos políticos – Brasil

Regime democrático – a partir de 1979

PT: Partido dos Trabalhadores

PDS (sucede ARENA): Partido Democrático Social. Depois, fusão com PDC (Partido Democrata Cristão), tornando-se PPR: Partido Progressista Reformador. Depois, fusão com PP: Partido Progressista.

PMDB: Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PDT: Partido Democrático Trabalhista

PTB: Partido Trabalhista Brasileiro

PFL: Partido da Frente Liberal. Alterado em 2007 para DEM: Democratas.

PSDB: Partido da Social Democracia Brasileira

PRONA: Partido de Reedificação da Ordem Nacional

PL: Partido Liberal. Funde-se ao PRONA em 2007, formando o PR: Partido Republicano.

PC do B: Partido Comunista do Brasil

PSOL: Partido Socialismo e Liberdade

PPS: Partido Popular Socialista (antigo PCB até 1992)

Introdução

Objetivos, hipóteses e indicadores empíricos

Os escândalos de “*caixa dois*”¹, corrupção política e tráfico de influências que assolaram o cenário político nacional em 2005, tendo como foco de acusação o Partido dos Trabalhadores, reacenderam o debate político em torno do financiamento das campanhas eleitorais no Brasil.

As questões suscitadas após as denúncias sobre o financiamento ilegal das campanhas eleitorais petistas revelaram a necessidade de aprofundamento sobre os pontos levantados e superficialmente tocados, principalmente pela mídia: as possíveis mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores sob a ótica do financiamento político de suas campanhas eleitorais, isto é, as implicações que o crescimento na arena eleitoral acarretou nas relações entre o Partido e Estado e entre o Partido e a sociedade civil.

A condição de partido à frente do Governo Federal em 2002 impulsiona o PT a consolidar uma postura política mais próxima dos demais partidos, em termos pragmáticos, adotando uma série de mudanças visando sua sobrevivência na arena política e eleitoral. A adoção de certo realismo em termos de administração governamental (refletido na moderação de suas ações políticas), a formação de alianças com os mais variados partidos podem ser interpretados como posturas de “um PT transformado”.

Adotar uma postura de continuidade do projeto político dos governos anteriores e ainda assim se apresentar como um Partido das mudanças parecem ser posturas que dividem o

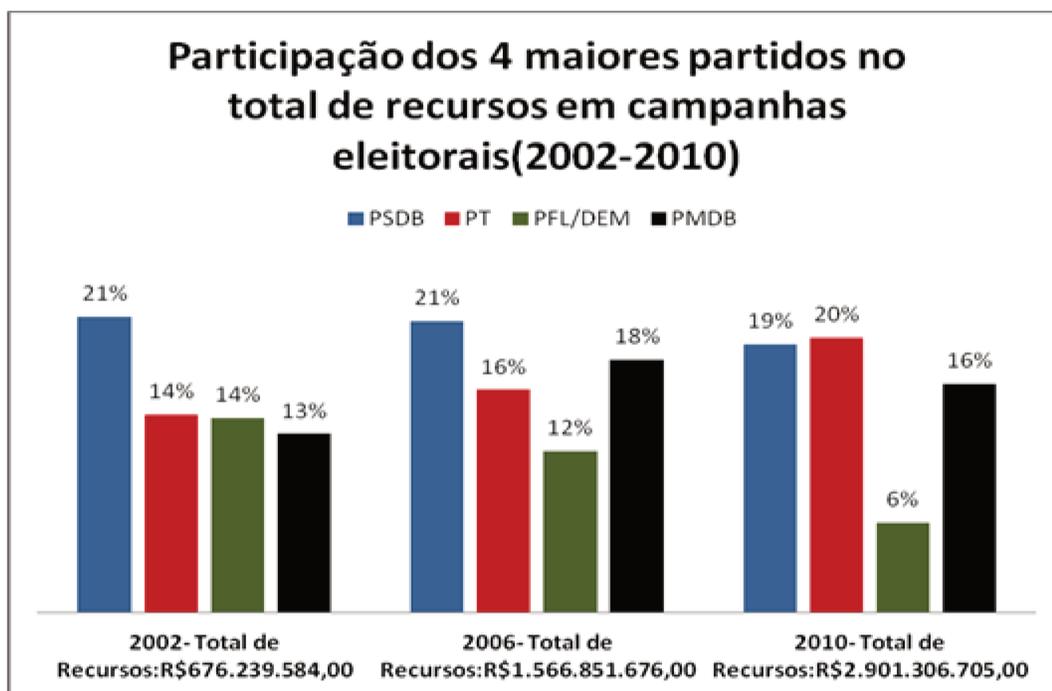
¹Escândalo do Mensalão ou "Esquema de compra de votos de parlamentares" é o nome dado à maior crise política sofrida pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2005 no Brasil. O esquema funcionava assim: parlamentares que compunham a chamada "base aliada" recebiam, periodicamente, recursos do Partido dos Trabalhadores em razão do seu apoio ao Governo Federal, constituindo o que se denominou como "mensalão" (em referência à mesadas que se recebe todo mês). Por A crise do mensalão envolveu não somente o escândalo provocado pela denúncia de compra de votos (o mensalão, propriamente dito), mas á todos os demais escândalos juntos, que de alguma forma ou de outra se relacionam. Um dos elementos que ligam esses outros eventos com o mensalão, são as acusações de que em todos eles foram montados esquemas clandestinos de arrecadação financeira para as campanhas do PT ('*caixa 2*').

mesmo cenário desde a chegada do PT ao governo federal, ressaltado nas próprias campanhas do partido.

As transformações na perspectiva de ação e orientação ideológica do Partido dos Trabalhadores parecem ficar evidentes no padrão de financiamento das suas campanhas eleitorais. O financiamento eleitoral petista, nos últimos pleitos parece sinalizar novas práticas político-eleitorais que por sua vez são antagônicas à princípios históricos do PT.

Um dos indicadores dessas transformações é o aumento do volume de financiamento (evidente nas prestações de contas declaradas pelo Partido) entre os pleitos de 2002 e 2010 (gráfico 1).

Gráfico 1: Participação dos 4 maiores partidos no total de recursos para todos os cargos nas campanhas eleitorais entre 2002 e 2010



Fonte: elaboração a partir dos dados disponíveis no TSE

O volume de recursos financeiros utilizados pelo PT entre os pleitos de 2002 e 2010 nas disputas eleitorais, quando confrontados, parece apontar para uma crescente importância dada a estes, caracterizando um possível processo de monetização² nas campanhas petistas.

Durante os seus trinta anos de existência, o Partido dos Trabalhadores deixa evidente em seu trajeto mudanças significativas. Do ponto de vista da Ciência Política, a percepção dessas transformações se dá em três dimensões: funcional (relação da Legenda com o aparelho estatal e sociedade civil), organizativa (estrutura e distribuição de poder) e competitiva (o comportamento da legenda na arena eleitoral). Nesse último aspecto enquadrámos o objeto de estudo do presente trabalho: financiamento de campanhas eleitorais.

Os estudos vigorosos sobre as transformações ocorridas no PT estão, em sua maioria, aglutinados em duas dimensões: a funcional e a organizativa³. Em contraposição, as transformações ocorridas no padrão de financiamento das campanhas petistas não têm recebido a mesma atenção que as mudanças ocorridas em termos de funcionamento e organização do Partido. Essa lacuna não se justifica tendo em vista que, compreender a dinâmica do padrão de custeio das campanhas eleitorais pode fornecer elementos fundamentais na compreensão da terceira dimensão analítica sobre as mudanças ocorridas no PT: a dimensão competitiva.

As conclusões à que chegaram significativa parte dos estudos recentes sobre o PT apontam para mudanças (seja em grandes proporções ou em proporções não relevantes, do ponto de vista de transformações mais substanciais) no perfil do Partido. No entanto arena eleitoral, incluindo o financiamento de campanhas, é uma área ainda pouco abordada. É nesse sentido que o presente estudo busca levantar questões no intuito de compreender as transformações no PT sob o prisma do financiamento de suas campanhas eleitorais, tendo

² Chamo aqui de *monetização das campanhas eleitorais* o processo de inserção, cada vez maior de recursos financeiros, encarado como o principal instrumento de viabilidade política do partido dentro da arena eleitoral. Esse processo é caracterizado pela inserção maciça de aportes financeiros vultosos, pela mobilização de profissionais nos diversos setores de uma campanha (como propaganda, divulgação, panfletagem, produção de campanhas nos meios de comunicação) e pode vir acompanhado de um inflexão no usos demais recursos, como a utilização da militância do próprio partido.

³ Amaral (2003); Samuels (2004); Flynn (2005); Palermo (2005); Hunter (2007;2008); Roma (2006); Ribeiro (2008); Novaes (1993); Meneguello& Amaral (2008).

como hipótese que transformações ocorreram no Partido dos Trabalhadores e o custeio de suas campanhas eleitorais não fugiram dessa ‘onda’ de modificações.

A fonte fundamental da coleta dos dados no presente estudo referentes ao financiamento eleitoral dos candidatos do PT (e demais partidos) foi basicamente o site do Tribunal Superior Eleitoral. Através da observação e análise do volume de recursos financeiros mobilizados para as campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores e demais partidos, as prestações de contas declaradas ao TSE pelos candidatos nos fornecerão as primeiras informações. Uma importante observação quanto à fonte de dados que utilizaremos. Apesar de vasto, o banco de dados disponibilizado pelo TSE sobre recursos em campanhas eleitorais tem limitações que por sua vez implicaram na necessidade de, no presente estudo, serem feitas algumas escolhas do ponto de vista do recorte temporal.

A base de dados do TSE com as informações sobre financiamento e informações completas sobre a prestação de contas de campanhas eleitorais (discriminação dos doadores, gastos com os recursos provenientes dos financiadores, por exemplo) só foi compilada e disponibilizada através do site do Tribunal a partir das eleições de 2002.

A partir do pleito de 2002, impôs-se uma padronização nacional das declarações, que passaram a ser feitas eletronicamente via TSE. Isso permitiu a criação de bancos de dados uniformes sobre o financiamento eleitoral (recurso possível em poucos países do mundo). Em decorrência disso todas as pontuações feitas nesse trabalho sobre o financiamento de campanhas eleitorais antes de 2002 serão baseadas em outras fontes (bibliografia especializada sobre o assunto, informações nos sites relacionados ao PT) que não o site do TSE.

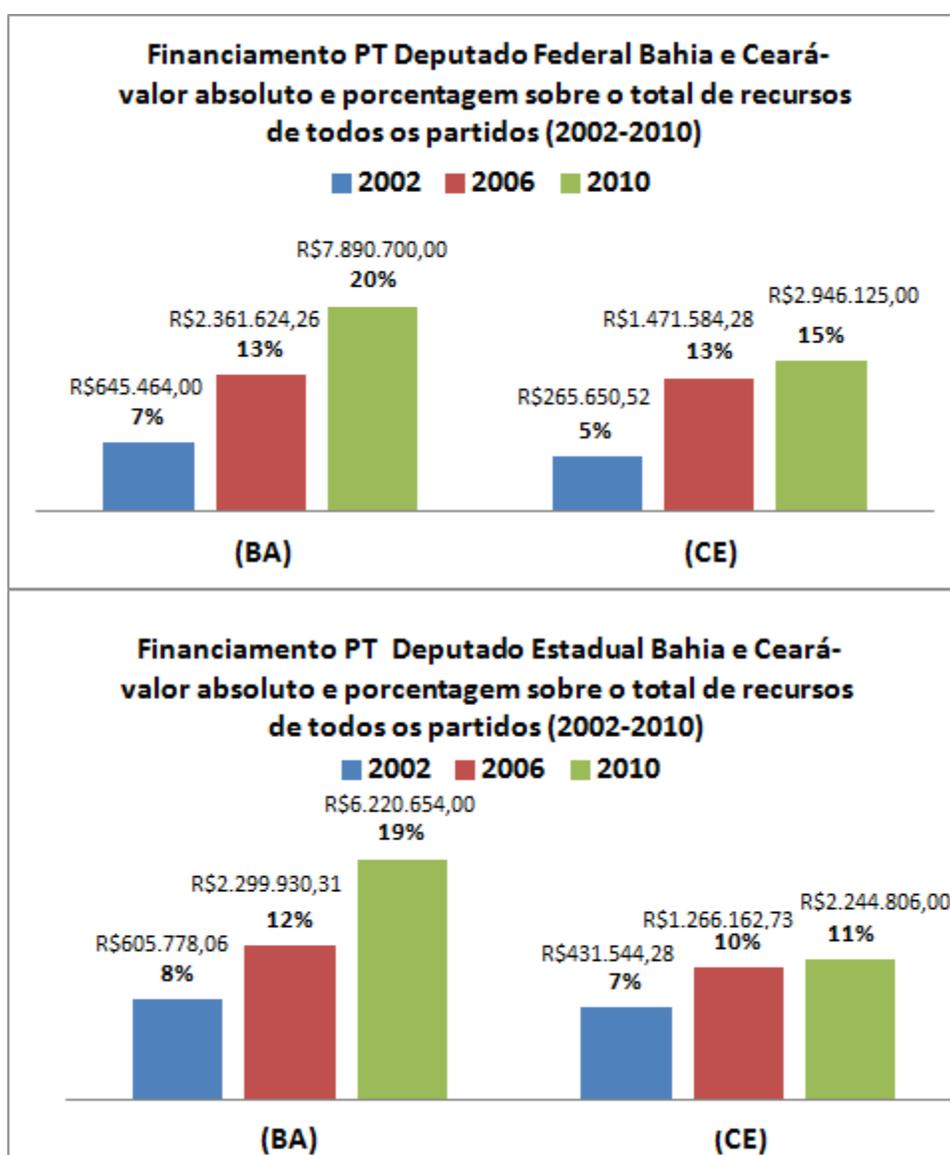
Ainda que seja necessário reconhecer algumas limitações dos dados compilados pelo TSE, essa sistematização possibilitou uma centralização de dados que propiciaram aos pesquisadores e outros interessados realizarem análises a respeito do processo de financiamento eleitoral a partir de uma base relativamente confiável, viabilizando também para a sociedade civil o acesso às informações sobre um assunto de significativa relevância para a arena eleitoral.

Em decorrência do massivo volume de informações disponíveis no TSE e os objetivos a que se propõe uma dissertação, optei por eleger estados para possibilitar que o estudo fosse feito sem maiores prejuízos qualitativos. A escolha foi pelos estados da Bahia e do Ceará e

para tal considere as mudanças ocorridas no padrão de votações estados com a eleição de Lula.

Ainda que guardem particularidades históricas, Bahia e Ceará parecem também manter similaridades com os demais estados da região Nordeste, em termos de mudanças na arena político-partidário-eleitoral. Outro fator relevante nessa delimitação metodológica foi constatar que os diretórios estaduais do PT na Bahia e no Ceará acompanharam as mudanças do PT, e aqui nos interessa especialmente as mudanças no volume de recursos para o financiamento de campanhas (gráfico 2).

Gráfico 2



Fonte: elaboração a partir dos dados disponíveis no TSE

O foco da presente pesquisa é analisar o financiamento das candidaturas petistas nas conjunturas estaduais, confrontando o volume de recursos entre os pleitos de 2002, 2006 e de 2010, procurando evidências que indiquem como a experiência no governo federal (2002) pode ter consolidado padrão de volume de financiamento de campanhas que se assemelharia aos dos demais partidos nos pleitos seguintes (2006 e 2010). Atenção especial será dada ao financiamento das campanhas dos candidatos à cargos proporcionais.

A escolha em estudar campanhas proporcionais deve-se ao fato de que os estudos sobre as mudanças no financiamento de campanhas eleitorais estão, em sua maioria, voltados para as campanhas majoritárias, mantendo obscuras as possíveis transformações do padrão de financiamento nas campanhas eleitorais proporcionais.

Diante da definição do tema e da metodologia empregadas nesse estudo, cabe agora fazer uma pequena introdução, contextualizando o Partido dos Trabalhadores na arena eleitoral: as singularidades do financiamento petista na década de 80 até meados de 90, as interações/adaptações entre o PT e o campo eleitoral ao longo dos pleitos de 98, 2002 e 2006.

Destoando da maioria dos partidos no Brasil, que para eleição de cargos legislativos utilizam de estratégias que primam pela valorização de atributos individuais do candidato, o PT por vários pleitos, se destacou pela utilização de uma lógica de campanha baseada em referências coletivas como a valorização da legenda partidária e a ênfase sobre uma identidade comum.

Se a disputa eleitoral é, como afirma Figueiredo (2008), uma disputa entre estratégias de persuasão que estão subordinadas pela posição que cada competidor ocupa no jogo eleitoral, o fato de o PT estar à frente do Governo federal deve ser tomada como uma variável importante para problematizar a dinâmica no padrão de financiamento das campanhas eleitorais petistas.

O fato de estar na posição de partido da situação coloca o PT, por suas bandeiras históricas (estratégias coletivistas, baixo custo de financiamento), numa relação tensa entre continuidades e rupturas, refletidas inclusive no modo de financiamento de suas campanhas (Veiga; Souza & Cervi, 2007).

Cabe analisar se enquanto partidocomandando o Governo Federal a partir de 2003 e visando manter-se na posição de partido da situação nos pleitos seguintes, o PT teria optado por investir em estratégias mais alinhadasaos demais partidos, isto é, o Partido dos Trabalhadores com vistas a se manter competitivo eleitoralmente teria preferidoinvestir na captação de recursos financeiros,aumentando o volume de financiamento nas campanhas petistas, em detrimento do fortalecimento das estratégias que utilizavamuma lógica de referências coletivas que tornava menos dispendiosa, em termos financeiros, suas campanhas, como uso de militância para realização das campanhas, promoção de festas para arrecadação de dinheiro e outros meios menos onerosos em termos de volume de recursos em campanhas.

A questão do aumento (real) ou não dos custos das campanhas do PT entre as eleições de 2002 e 2010 é bastante complexa e perpassa, dentre outras questões, por um possível ‘abandono’ de alguns princípios antes defendidos pelo Partido dos Trabalhadores.No tocante a esse aspecto, poderíamos levantar algumas questões gerais:

- 1) Quais foram as implicações que a chegada do PT ao Governo Federal em 2002 tiveram para a relação do Partido dos Trabalhadores com o financiamento de suas campanhas?
- 2) Em quais aspectos o padrão de financiamento eleitoral das campanhas petistas de 2002, 2006 e 2010 divergem do padrão de financiamento das campanhas do PT nos anos 80 e 90?
- 3) Se forem constatadas as mudanças no padrão do financiamento eleitoral do PT, em que medida isso o aproximaria do padrão de financiamento dos demais partidos (centro, direita)?

Na busca por contribuições analíticas que forneçam categorias elucidativas sobre o fenômeno do financiamento de campanhas eleitorais, este trabalho está organizado em cinco partes, incluindo essa introdução. No capítulo I há uma breve incursão bibliográfica sobre os estudos sobre partidos políticos e estudos sobre os partidos políticos no contexto político brasileiro. O objetivo principal desse capítulo é informar aos leitores sobre a filiação teórica

do presente trabalho , além da tentativa de estabelecer um diálogo entre os diversos autores que tratam do tema dos partidos.

No capítulo II há uma análise em torno dos aspectos institucionais relevantes para a regulação do financiamento eleitoral no Brasil: as leis eleitorais e os estatutos partidários dos partidos no Brasil. Nesse capítulo traço, de forma breve, o percurso histórico da legislação eleitoral na busca pela transparência no financiamento de campanhas e na tentativa de minimizar a influência decisiva e, por vezes, comprometedora, do dinheiro em campanhas eleitorais. Tendo em vista a autonomia conferida pela legislação brasileira aos partidos políticos em relação à distribuição e às regras de captação de recursos em campanhas, parece indispensável considerar o conteúdo dos estatutos partidários sobre o tema.

Nos capítulos III e IV traço um panorama geral dos aspectos político-partidários dos estados da Bahia e Ceará, enfatizando o intenso processo de mudanças que vem ocorrendo no cenário político dos dois estados. O objetivo é apresentar através da análise dos resultados dos dados eleitorais, a inserção significativa do Partido dos Trabalhadores na arena eleitoral, nos dois estados entre as eleições de 2002 e 2010.

No último capítulo apresento os dados do financiamento eleitoral das campanhas do PT, analisando as implicações desses resultados para a interação entre PT e arena eleitoral. Para fins de verificação da hipótese central -de que ocorreram mudanças no padrão de financiamento das campanhas do PT- será feito uma análise comparando: o volume de recursos mobilizados pelo PT nacional *versus* os demais partidos; o volume de recursos mobilizados pelo PT nacional *versus* o PT da Bahia; o volume de recursos mobilizados pelo PT nacional *versus* o PT do Ceará; o volume de recursos mobilizados pelo PT da Bahia *versus* o PT do Ceará.

Capítulo 1- Partidos Políticos: uma revisão bibliográfica

1.a. A conceitualização de Partidos políticos na Ciência Política

Os estudos clássicos (Bobbio: 1986; Dahl: 1997; Mill: 1981; Schumpeter: 1961; Tocqueville: 1977) sobre o sistema democrático apontam a centralidade que assume a busca pela representatividade nos procedimentos ligados a esfera pública, assim como a necessidade de uma progressiva ampliação da competição pela representação política de interesses e participação política na consolidação da democracia.

A importância do alargamento dos espaços onde os atores políticos possam expressar suas preferências, contribuindo para o acirramento dos debates políticos é vital ao pleno funcionamento da democracia, pois a participação política na esfera pública tem implicações para o regime democrático que se torna mais competitivo, fortalecendo os princípios de representatividade. Assim, quanto maiores as oportunidades de expressar, organizar e representar preferências políticas, maior será a variedade de interesses passíveis de representação (DAHL, 1997).

O regime democrático é um método político (portanto não tem um fim em si mesmo) que possibilita o desenvolvimento dos processos de elaboração das decisões políticas e que por isso devem estar embasados em regras claras, permitindo a livre ação dos indivíduos e grupos com anseios de representação (SCHUMPETER, 1961).

Assim *ethos* democrático está relacionado a uma forma de se fazer política respeitando a coisa pública e os valores democráticos no que tange principalmente “a competição entre partidos com recursos equilibrados (políticos, humanos, econômicos) que gera democracia” (SARTORI, 1992, p. 197).

A democracia moderna, segundo Mainwaring&Torcal (2005), tem suas bases sobre a estruturação partidária. Os partidos desempenham um papel central na consolidação do

ethos democrático na medida em que essas instituições além do papel de governança se constituem também como estruturas de expressão e representação (FELISBINO, 2008).

Nesse contexto a livre competição partidária continuada se constitui como um dos elementos capazes de tornar possível a consolidação das instituições democráticas, na medida em que os partidos possibilitam a efetividade da participação política, garantindo assim a inclusão política dos cidadãos (DAHL, 1971).

Nos regimes democráticos os partidos exercem uma dupla atuação: uma que está relacionada à arena eleitoral, exercendo um papel de intermediador entre sociedade e Estado e uma outra que está centrada na arena decisória onde a função dos partidos é a de formular e negociar propostas e políticas públicas (KINZO, 2004).

Cabe também aos partidos a função de “[...] integrar os eleitores ao sistema político, mobilizando-os para participar dos pleitos e para votarem uma das opções apresentadas [...], contribuindo para estruturar a escolha eleitoral dos cidadãos e criar identidades políticas” (KINZO, 2004, p. 29).

Uma análise sobre a experiência político-partidária brasileira requer que repensemos a importância dada à questão da institucionalização do sistema partidário como pressuposto básico à consolidação democrática, na medida em que as análises que apontam esse princípio como fundamental centram seus argumentos em um viés muito mais normativo que empírico, sendo difícil perceber através de casos reais que implicações positivas à democracia têm a institucionalização dos partidos.

Cabe aqui nos questionar se a centralidade dada à consolidação partidária contribui de fato para uma elevação em termos reais da qualidade da democracia ou se esse pressuposto, por estar assentado em uma abordagem essencialmente institucionalista perde do seu horizonte de análise outros elementos que possibilitariam perceber que a consolidação democrática depende de uma complexidade maior que não pode ser reduzida a apenas um elemento.

A questão da institucionalização

Essa perspectiva surge como uma tentativa de reformular as teorias sobre sistemas partidários para a análise dos países de terceira onda de democratização (as novas democracias surgidas a partir de meados da década de 1970). Essa reformulação incide

sobre a literatura corrente sobre sistemas partidários“ dominada por estudos que tomam como referência empírica os países da Europa Ocidental e os Estados Unidos, a variedade de tipos de sistemas em que se apóia a maior parte das teorias é muito limitada” (Mainwaring, 2001, p.32).

Partindo do argumento de que as novas democracias apresentam características específicas, o autor apresenta um novo eixo para a análise e explicação dos sistemas partidários: o grau de institucionalização desse sistema. Mesmo considerando proveitosa a análise de Sartori (1976) e os dois eixos de análise proposto por ele (número de partidos e grau de polarização), Mainwaring (1999) considera que esses dois eixos não são suficientes para explicar a situação e o desenvolvimento dos sistemas partidários nas novas democracias. Para esses casos seria necessária a adoção de outra dimensão, chamada por ele de grau de institucionalização. Para o referido autor essa noção seria conveniente, pois ela possibilitaria verificar que os sistemas com baixa institucionalização funcionariam de maneira distinta se comparados com os sistemas altamente institucionalizados.

Para Mainwaring é necessário diferenciar os níveis de institucionalização das democracias, pois a diferença de nível de institucionalização dos sistemas partidários, segundo o autor, tem implicações diretas sobre as diferenciações de funcionamento dos regimes democráticos.

Mainwaring e Scully (1994, 1995) definem quatro dimensões para medir esse nível de institucionalização: 1) estabilidade nas regras e na natureza da competição; 2) raízes estáveis dos grandes partidos na sociedade; 3) legitimidade conferida ao processo eleitoral e aos partidos como principais atores políticos; e 4) o peso do partido enquanto organização, ou seja, se eles são subordinados ou não aos interesses do líder.

A primeira dimensão é considerada a mais importante. Todo sistema institucionalizado apresenta maior estabilidade e seus padrões de competição interpartidária têm regularidade (Mainwaring, 2001, p. 57).

O segundo critério é a necessidade de os grandes partidos apresentarem raízes estáveis na sociedade para os sistemas serem considerados institucionalizados. Essa necessidade se justificaria, pois caso os grandes partidos não apresentem esse enraizamento “eles não estruturam as preferências políticas e isso resulta em uma relativa irregularidade na maneira como as pessoas votam” (Mainwaring; Scully, 1994, p.45).

A terceira dimensão é a legitimidade conferida pelos principais atores políticos ao processo eleitoral e aos partidos. Nessa perspectiva, os partidos são considerados legítimos “na medida em que os atores políticos têm para com eles uma atitude afirmativa, ou pelo menos os consideram elementos necessários em um regime democrático” (Mainwaring, 2001, p. 69).

Levando em consideração que o modelo de análise proposto em uma parcela significativa dos estudos sobre o sistema partidário brasileiro não deve ser assumido como um modelo ideal, tendo em vista que não há uma linearidade evolucionista na história dos diversos sistemas partidários, os apontamentos aqui feitos se darão em duas dimensões, arena eleitoral (Schmitt, Carneiro e Kuschnir, 1999) e na arena parlamentar (Figueiredo e Limongi, 2002); Meneguello, 1998). Ambas as dimensões atentam para uma significativa consolidação do atual sistema partidário brasileiro, problematizando a concepção corrente de que o arranjo institucional brasileiro propiciaria a existência de um possível caos partidário brasileiro.

A literatura corrente entende que os partidos brasileiros têm sido historicamente fracos e fragmentados e que as regras eleitorais brasileiras tendem a eternizar o individualismo político. Esta vertente considera a indisciplina e a fragmentação partidária como resultados diretos das regras eleitorais e dificilmente serviriam de suporte para uma democracia consolidada (Abranches, 1988; Fleischer, 2007; Lamounier e Meneguello, 1986; Mainwaring, 1999; Samuels, 1997). A representação proporcional com listas abertas, regra da proporcionalidade, existência de legendas de aluguel (organizadas para promover alguns políticos); intensa migração partidária (ausência e fidelidade dos políticos com relação a permanência no partido); coligações partidárias criadas, segundo os autores acima citados enormes incentivos individualistas.

Na direção contrária a estas análises Figueiredo e Limongi (2002), Meneguello (1998) questionam esse consenso, tomando como base os efeitos da centralização decisória no Congresso e nos poderes conferidos aos líderes partidários na arena parlamentar. O estudo desenvolvido por Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999) onde eles desconstruem a idéia, recorrente nas análises sobre processos eleitorais, da não importância dos partidos nas campanhas eleitorais brasileiras, apresentando outra concepção do papel dos partidos e enfatizando o valor que os partidos adquirem nos percursos estratégicos dos candidatos nas

campanhas se constitui também como uma análise na direção contrária aos estudos hegemônicos em relação à institucionalização dos partidos e seu papel no regime democrático brasileiro.

A partir de um questionamento da transposição para o Brasil do modelo do voto pessoal (assim como interpretações que derivam da lista aberta) utilizado nos estudos eleitorais norte-americanos, Figueiredo e Limongi procuram mostrar que o sistema político brasileiro não gera condições nem motivacionais nem institucionais para que políticos baseiem suas carreiras apenas em vínculos pessoais e partidários. Nesse sentido não se pode, segundo os autores, desconsiderar o peso das normas constitucionais e regimentais que regulam o processo decisório do orçamento.

Devido à centralização do processo decisório nas mãos do poder Executivo e dos líderes partidários, a passagem do orçamento pelo Congresso não tem perdido substancialmente sua consistência programática, assim com vêm conseguindo sucesso na implementação de sua agenda. Ou ainda, que o presidencialismo de coalizão brasileiro favorece visibilidade dos partidos como os únicos meios de atuação política. Desse modo, dispositivos constitucionais e leis garantem a primazia do Executivo, preservando sua proposta orçamentária, cabendo às normas congressuais neutralizarem a participação parlamentar individual.

Os autores enfatizam que a importância das comissões permanentes como espaço de barganha do legislador individual é limitada pelo instituto da urgência e pelo poder discricionário dos líderes e pela maneira como estão distribuídos os poderes de agenda e veto no interior da Câmara dos Deputados. Os referidos autores questionam as análises que estabelecem uma correlação positiva entre votos dados ao Executivo em apoio a sua agenda e a liberação de recursos orçamentários para os apoiadores.

Outro dado apresentado no trabalho de Limongi e Figueiredo (2002) aponta para uma possível estabilidade (relação entre executivo e legislativo) na arena parlamentar. A taxa de aprovação média das iniciativas advindas do executivo é de 70%, permitindo o desenvolvimento da agenda legislativa, o que indica um alto grau de disciplina parlamentar.

Samuels (1997), por exemplo, sugere que o Partido dos Trabalhadores (PT) foi capaz de institucionalizar a sua legenda de modo bastante eficiente e forjar laços sólidos entre seus representantes eleitos e destes com seus eleitores. Em particular, o partido fez do

voto de legenda um instrumento central da sua estratégia eleitoral. Isto não quer dizer, é claro, que não exista uma disputa interna entre os candidatos de um mesmo partido.

A análise desenvolvida por Schmitt, Carneiro e Kuschnir (1999) apresenta uma nova concepção do papel dos partidos no Horário Gratuito Político Eleitoral. Para eles, a campanha eleitoral na televisão constitui um indicador da reputação partidária, desempenhando, neste sentido, um papel análogo ao que Samuels (1997) atribui aos votos de legenda. A análise centra-se em *quantificar* a presença de identificadores partidários e as referências aos candidatos majoritários no HGPE.

Utilizando uma metodologia que conjugou a quantificação do uso de identificadores partidários e a referência, pelos candidatos proporcionais, ao candidato majoritário apoiado pelos partidos observados pelos pesquisadores durante o Horário Gratuito de Propaganda Eleitoral (HGPE), os referidos autores se propõem nesse estudo a avaliar a importância da imagem partidária no programa eleitoral na televisão.

A tese central defendida por Schmitt, Carneiro e Kuschnir é de que o HGPE constitui uma ocasião privilegiada para a valorização das imagens partidárias e, por este motivo, “pode se contrapor à tendência do sistema eleitoral brasileiro de produzir campanhas legislativas puramente individualistas” (1999: 277). Para eles, a campanha na televisão constitui um indicador da reputação partidária, na medida em que os candidatos fazem menção ao partido (seus ideais, programa do partido) e ao apoiado declarado ao candidato do partido que concorre na campanha majoritária, contribuindo para campanhas que valorizem o programa partidário (campanhas coletivistas)⁴.

A tese defendida pelos referidos autores é de que o HGPE pode servir como um instrumento a serviço de estratégias coletivistas, contrabalançando as análises que enxergam nas regras eleitorais incentivos exclusivos a comportamentos políticos individualistas, apontando para a possibilidade de existência de mecanismos que impulsionam a valorização de estratégias eleitorais centradas nos conteúdos dos partidos.

No caso dos pequenos partidos, algumas estratégias de preservação de uma identidade própria frente ao partido líder da coligação podem ser adotadas. O PC do B é um

⁴Os referidos autores concebem por referências coletivas a presença e a valorização da legenda partidária; a formação de uma bancada de sustentação ao candidato majoritário (cargo executivo), e a ênfase sobre uma identidade comum, que pode ser verificada através da existência de propósitos comuns.

partido que pode ser citado como bem-sucedido na tarefa de preservação da identidade e sobrevivência política. Há muitos anos este partido vem adotando estratégias de coligação nacional e regionais, lançando um pequeno número de candidatos e sempre os mesmos, ao ponto da imagem desses candidatos se fundirem à imagem do próprio partido.

A primeira delas avalia a estrutura geral da divisão do tempo entre os candidatos, que percorre um eixo que tem em uma de suas extremidades a igualdade e na outra a hierarquia. Quanto maior o número de candidatos que aparecem na TV, mais próximo o partido estará de uma perspectiva igualitária.

A inserção cada vez mais forte de dinheiro nas campanhas eleitorais e a valorização de processos decisórios que primem pelo fortalecimento dos princípios democráticos não são elementos que se substituem no tempo, mas que convivem, articulam e alteram dinamicamente seus padrões de interação, variando de acordo com o contexto político-institucional, ou seja, com o formato das regras que orientam suas ações.

É necessário, então, construir modelos que busquem dar conta das estratégias de que os candidatos se valem no tocante à processos eleitorais, tendo em vista o modo como eles buscam conciliar exigências contraditórias de caráter *coletivista* e *individualista* presente nas normas que regem as campanhas eleitorais no Brasil (Samuels, 1997). Nesse sentido a perspectiva organizacional dos partidos políticos proposto por Panebianco será de grande validade no tocante não somente a abordagem sobre os partidos do ponto de vista de uma organização mas também compreender a dinâmica interacional entre partido e ambiente.

O modelo de análise organizacional dos partidos proposto por Angelo Panebianco se propõe a desenvolver, e inovar em alguns aspectos, os estudos clássicos como o de Robert Michels e Maurice Duverger. Para tal Panebianco se propõe a entender os partidos como organizações complexas que devem lidar com diferentes dilemas organizativos.

O autor expõe quatro dilemas fundamentais. O primeiro deles diz respeito à distinção entre o modelo racional e o modelo do sistema natural das organizações. Para o autor, é preciso considerar estes dois fatores simultaneamente na análise: por um lado os objetivos "oficiais" são fundamentais para manter a identidade da organização a médio prazo; por outro nem sempre existe acordo dentre os agentes sobre o modo como esses objetivos devem ser implementados e os caminhos concretos que a organização deve seguir.

O segundo dilema diz respeito à oposição entre os incentivos coletivos e os incentivos seletivos proporcionados pelas organizações. No primeiro caso incluem-se aqueles que se distribuem igualmente entre os membros da organização com vistas ao fortalecimento dos vínculos solidários e ideológicos dos membros; no segundo os incentivos são distribuídos tendo em vista a organização burocrática e hierárquica interna do partido.

O terceiro dilema organizativo permeia todo o presente estudo e se refere ao modo como os partidos irão lidar com as pressões do ambiente externo: a relação é adaptativa ou interativa? Para Panebianco os partidos nos quais prevalecem os incentivos coletivos tendem a assumir uma postura mais de transformação do ambiente e os partidos nos quais os incentivos seletivos assumem uma centralidade, haveria uma tendência a adotar uma perspectiva mais passiva em relação ao meioambiente, uma vez que o respeito à burocracia e hierarquia interna são considerados prioridade.

O último dilema discutido pelo autor refere-se ao peso que a liberdade de ação tem em relação às necessidades organizativas do partido. Segundo ele, o fato de os partidos se constituírem como coalizões de interesses distintos estabelecem algumas amarras para a ação da liderança partidária, impulsionando a lidar estrategicamente com os desafios apresentados pelas outras organizações e por um ambiente organizacional variável.

Outro estudo fundamental para situar os partidos políticos no Brasil em decorrência de suas posições no espectro ideológico direita *versus* esquerda e assim situar o Partido dos Trabalhadores nessa escala foi o trabalho de Oliveira (2005) sobre as disputas municipais de Belo Horizonte e Salvador em 2000.

Oliveira propõe pensarmos em dois eixos analíticos: o eixo analítico ideológico (esquerda e direita) e outro pragmático (situação e oposição). Vale ressaltar que alguns ajustes metodológicos deverão ser efetuados em função da natureza diferenciada do presente estudo, no entanto a validade do uso dessas categorias reside na sua potencialidade em lidar com relações paradoxais presentes não só em campanhas majoritárias, mas também em campanhas proporcionais no Partido dos Trabalhadores.

Para uma compreensão aprofundada do eixo ideológico é necessário uma problematização do que se concebe por esquerda e direita colocadas por Norberto Bobbio (1995). A dualidade direita e esquerda permanece no universo político, na medida em que

as posturas assumidas por elas com relação ao ideal de igualdade; intervenção do estado na economia e ideal da participação popular diverge consideravelmente entre elas.

Cabe ressaltar aqui que essas marcas distintivas entre direita e esquerda são apontadas como tênues no trabalho de Singer (2002) tendo em vista que o ideal de igualdade e o intervencionismo do Estado, no caso brasileiro, se tornaram bandeiras nacionais, e por isso não podendo ser considerados elementos capazes de distinguir direita e esquerda.

Com relação ao eixo pragmático poderemos pensar em que proporção o fato de ser o Partido da situação pode ter provocado uma nova postura no que diz respeito à relação do PT com o eleitorado, revelado principalmente no financiamento de suas campanhas eleitorais. Mas se existe uma nova postura, a quê ‘antiga’ postura estamos nos referindo? E em que as duas se diferenciariam? Para que possamos compreender melhor esse quadro de possíveis mudanças no Partido dos Trabalhadores faremos nos próximos parágrafos uma síntese do panorama histórico de fundação do Partido.

1.b. Estudos sobre o Partido dos Trabalhadores

Dependendo do contexto e do interesse sobre seu significado político frente a realidade política-econômica-social brasileira, as análises feitas sobre o Partido dos Trabalhadores nos permite indicar a existência basicamente de dois eixos interpretativos sobre os estudos que tratam do PT : em alguns casos, eles buscam identificar o nascimento do PT como um divisor de águas, assinalando cortes e rupturas no cenário político nacional (Sader, 1986;Oliveira, 1987;Gadotti, m. & Pereira, 1989; Meneguello, 1989; Rodrigues, 1990; Keck, 1991; Olinda, 1991;Harnecker, 1995) e em outro análises sobre o Partido são pautadas nas experiências petistas no âmbito institucional, problematizando (e por vezes vendo como promíscua), a relação do PT com as esferas institucionais, tentando indicar as limitações e a força conjuntural/institucional que preponderariam sobre o seu caráter inovador originário (Amaral, 2003; Azevedo, 1995;Demier, 2003; Iasi, 2006).

As análises desses estudos permitem afirmar que a construção da história do Partido dos Trabalhadores tem sido resultado da articulação de construções desenvolvidas tanto no meio político-sindical quanto no meio acadêmico.

No primeiro eixo de análise destacamos Sader (1986);Oliveira(1987);Gadotti, m. & Pereira (1989); Meneguello (1989)Keck (1991);Olinda(1991). Esses autores apontam que em vez do processo tradicional no Brasil de fundação de partidos pelas elites políticas e econômicas, o PT originara-se das massas, de setores que não possuíam ligações nas esferas estatais, com forte enraizamento na sociedade civil organizada, e um projeto de esquerda, características estas que destoavam do padrão de formação dos partidos nacionais.

Os anos setenta no Brasil foram marcados por uma forte expansão modernizadora da estrutura produtiva que implicou numa elevada evolução dos padrões de tecnologia e produtividade nacionais. Inversamente proporcional a esse crescimento, ocorreu uma involução nas relações de trabalho (salários decrescentes, submetidos a constantes arrochos).

Entre os setores em grande desenvolvimento, encontrava-se a indústria automobilística que tinha seu pólo principal na região do ABCD paulista. Exigindo maiores salários, maior autonomia e independência nas negociações empresas-sindicatos, o *novo sindicalismo*⁵ passou a ganhar cada vez mais espaço e visibilidade política após as greves de 1978-79. Ainda que os resultados não tenham sido satisfatórios em termos de melhorias reais, foi fundamental para germinação de um projeto que inserisse atores políticos via partido que inserisse a nova pauta do chamado 'novo' sindicalismo (redemocratização, o fim da repressão e aliberdade de greve, melhores condições de vida para os trabalhadores).

A visibilidade nacional adquirida pelo Movimento com as greves conquistou o apoio de estudantes, intelectuais, políticos e sindicalistas de outros estados, assalariados de classe média, como professores, médicos, bancários e funcionários públicos. Todos esses foram peças fundamentais no trabalho de filiação e construção de Diretórios regionais (requisitos necessários à legalização do partido) para o partido que estava se constituindo.

⁵Vale atentar aqui que apesar dos evidentes avanços proporcionados, esse sindicalismo mostrou-se pouco capaz de dar conta das tarefas a que se propunha e pelas quais tanto criticara a ação dos militantes do passado, modificando sensivelmente alguns de seus eixos de atuação no transcorrer do tempo. A proposta de alteração radical da estrutura sindical cedeu lugar a certa acomodação e coexistência, abrindo espaço para o discurso da negociação. Na consolidação do projeto sindical nacional, institucionalizado via CUT, o "novo sindicalismo" passou de "movimento" a "instituição", deixando de ser "oposição" para tornar-se "situação". Sobre isso ver Santana (1998).

Vale ressaltar aqui a importância dos *grupos católicos* como outroparte constitutiva do PT como as Comunidades Eclesiais de Base. Membros das CEBs constituíram as Pastorais Operárias (nas cidades) e as Pastorais da Terra (nos meios rurais). Principalmente no meio rural, a confluência desses diversos grupos católicos foi decisiva para o enraizamento social do partido, somando forças aos sindicatos rurais, fortes em determinadas regiões do país (CARVALHO, 2009).

Sob o tripé *origem-projeto-desenho institucional petista*, Meneguello (1989) sistematiza a novidade representada pelo partido na cena política brasileira: quanto à origem o PT aparece como novidade por não ter ligação com grupos inseridos no aparato institucional do Estado. Com relação ao projeto político, o Partido considerava viável a construção do socialismo no âmbito da institucionalidade democrática (“socialismo democrático”). Para finalizar o ineditismo na história partidária brasileira sua proposta de organização interna partidária era fundada em procedimentos participativos e de aproximação das bases e instâncias diretivas do partido.

A produção bibliográfica do segundo eixo de estudos, que analisa a relação entre o PT e a esfera institucional, está em andamento⁶ no entanto é possível apontar alguns trabalhos que trazem para a temática alguns novos elementos.

Oswald Amaral⁷ privilegia a análise das campanhas eleitorais de Lula, destacando a gradual moderação das plataformas petistas e os vínculos, ainda existentes, entre PT (durante o governo Lula) e a sua base de militantes. Clovis de Azevedo⁸ também aponta as transformações pelas quais passou os discursos petistas na década de 90 e as contribuições ideológicas de cada agrupamento nesse processo. Com uma multiplicidade de orientações, o autor sugere baseado na análise dos discursos proferidos nos encontros, que havia uma tendência no PT a orientar seus discursos baseados, cada vez mais, na institucionalidade.

Carlos Novaes⁹ afirma que a crescente inserção institucional dos militantes petistas estaria levando à um processo de pragmatização do partido. David Samuels¹⁰ em consonância

⁶ Vale atentar aqui que a relação PT e esfera institucional é algo que já remonta desde a redemocratização pós 64, tendo sido eleitos vários políticos petistas para os mais diversos cargos, no entanto por estar à frente do Governo Federal, a relação PT e governo tomou maior visibilidade a partir de 2002.

⁷ Amaral (2003 & 2010).

⁸ Azevedo (1995).

⁹ Novaes (1993).

¹⁰ Samuels (2004).

com essa tese, também aponta essa tendência, afirmando que ela teria iniciado em meados dos anos 90 com a crescente inserção, tanto de lideranças como de militantes da base, nos aparelhos estatais assim como também uma autonomização das lideranças impulsionando à uma moderação nas orientações ideológicas petistas.

Hunter¹¹ chega à mesma conclusão que Samuels, mas por vias metodológicas diferentes. Enquanto Samuels acredita que o processo de pragmatização ocorrido no PT se deve a fatores de organização interna do Partido (fatores endógenos), Hunter acredita que o peso dos fatores externos não deixou outra escolha para o PT a não ser apoiar reformas pró-mercado e se profissionalizar cada vez mais, garantindo sua sobrevivência em termos eleitorais.

Flynn¹² e Palermo¹³ analisam a experiência petista a frente do governo federal do ponto de vista do dilema da governabilidade. Mesmo sendo trabalhos individuais, ambos os autores analisam as dificuldades enfrentadas pelos petistas do ponto de vista intrapartidário (pressão dos próprios líderes e militantes petistas por ocupar um grande número de ministérios e cargos) e interpartidário (formação de coalizões de sustentação do Governo).

Roma¹⁴ e Ribeiro¹⁵ sinalizam para uma aproximação do PT rumo ao centro do espectro ideológico. O primeiro autor faz tal afirmativa observando as mudanças de pontos estratégicos do programa petista refletida em uma moderação gradual do discurso petista, comparando o programa de fundação do Partido e o programa apresentado nas eleições de 2002. Já Ribeiro analisa as transformações petistas sob a ótica dos planos funcional e organizativo, concluindo que: no primeiro plano há um forte e gradual vínculo entre o aparelho estatal e o PT e no segundo plano, a organização interna do PT aponta uma tendência à centralização de tomada de decisões, centrado na direção nacional.

Apesar de abrangentes, os trabalhos citados acima não abordam com profundidade outro componente fundamental que compõem o mosaico de transformações ocorridas no Partido dos Trabalhadores: o financiamento de suas campanhas eleitorais. As mudanças ocorridas nas formas de financiamento das campanhas eleitorais petistas se encontram como

¹¹ Hunter (2007; 2008).

¹² Flynn (2005).

¹³ Palermo (2005).

¹⁴ Roma (2006).

¹⁵ Ribeiro (2008)

uma lacuna com grande potencial explicativo para a compreensão das transformações do PT nos últimos 16 anos.

O PT pela sua origem diretamente relacionada com movimentos sociais advindos da sociedade civil teve nos anos 80 um padrão de financiamento de campanhas marcado pela escassez de recursos, importando para o PT, fundamentalmente, a discussão ideológica e programática do partido. No entanto o avanço contínuo do PT rumo a institucionalidade, participando ativamente dos processos eleitorais, ganhando já nas eleições de 1982 cargos representativos e executivos, estimulou o Partido à acomodação e a rendição às regras de jogo na ocupação das esferas de poder.

A adequação às regras do jogo político tem conseqüências para o conteúdo programático do Partido que implicam mudanças, entre outras coisas, na dinâmica de coalizões, na política de alianças e no que é o foco do presente trabalho: o padrão de financiamento eleitoral.

O PT, por estar à frente do Governo Federal (2002), passou a ter mais acesso aos recursos financeiros (mais filiações, maior financiamento institucional do fundo partidário) e por isso teria reformulado suas estratégias eleitorais até então vigentes?

A (crescente) ‘monetarização’ das campanhas petistas ocorreu em decorrência de um longo processo de mudança de percepção do próprio partido sobre sua relação com a arena eleitoral?

É possível afirmar que buscando efetivar sua participação na arena eleitoral, as campanhas do PT desde a década de 80 vêm sofrendo um processo de mudanças no seu perfil e padrão de financiamento?

1.c. O financiamento político na Ciência Política

A engenharia despendida pelos partidos políticos e candidatos para se estabelecer na arena eleitoral, por meio das campanhas eleitorais, implica custos materiais alocados pelos candidatos para alcançar uma visibilidade junto ao eleitorado. Assim para que se possa garantir o funcionamento do processo eleitoral e a atuação dos partidos e candidatos é necessário que haja um custeio material das campanhas eleitorais. Isso implica dizer que os

procedimentos necessários a efetivação do sistema democrático tem um custo que lhe é intrínseco (Speck, 2011).

Partidos políticos precisam de base financeira para cumprir suas funções a serviço da sociedade, necessitando de certa dotação material adequada, para o financiamento dos partidos. Ainda que estejam em certa medida correlacionados, financiamento partidário e financiamento eleitoral são distintos e o presente estudo tem como foco central o segundo tipo de financiamento.

Os estudos em torno da temática de financiamento eleitoral têm atentado para a complexidade das informações a serem ‘desvendadas’ em torno desse tema tendo em vista que são incertas ou passíveis de questionamentos as informações sobre: volume de recursos, valor dos gastos e também sobre as fontes de financiamento (Campos, 2009).

Segundo Peixoto (2004) os sistemas de financiamento podem ser classificados a partir de dois eixos fundamentais de atuação: fomento público e controle de permissibilidade.

O fornecimento de subsídios para a sobrevivência dos partidos e funcionamento da democracia é a principal linha de atuação do primeiro tipo de financiamento. O sistema de financiamento baseado no controle de permissibilidade orienta suas ações reguladoras no sentido de coibir assimetrias na competição eleitoral e no atendimento de demandas nos órgãos estatais. Nesse sentido as regulações recaem sobre o financiamento privado (Peixoto, 2004).

A origem dos recursos divide o financiamento político entre financiamento advindo de fonte privada e financiamento advindo do estado (financiamento público). O financiamento público pode ser ainda dividido entre recursos repassados diretos pelo estado aos partidos e recursos repassados indiretamente, como por exemplo, o tempo cedido aos partidos na TV (Boudourkan, 2009).

Identificamos oito fontes principais em que as legendas podem captar recursos: cotas e taxas pagas pelos filiados comuns; descontos nos salários de ocupantes de cargos públicos (eleitos ou indicados); contribuições pessoais dos candidatos a postos eletivos; grandes personalidades políticas, que mobilizam sua riqueza pessoal em prol do partido; investimentos, rendas de aluguel e a comercialização de publicações e materiais diversos; pequenos doadores individuais; doações de grupos de interesse e empresas privadas; recursos

aportados pelo Estado (como no caso brasileiro a aquisição, por parte do Estado, de espaços no rádio e na televisão para a vinculação de propaganda eleitoral/partidária).

As duas últimas categorias, financiamento de grupos de interesse/ empresas privadas e o Estado têm constituído o grosso da arrecadação dos partidos políticos contemporâneos. Fora do período eleitoral, o fundo partidário, cada vez mais volumoso no Brasil, se consolidou como a maior fonte de financiamento dos partidos brasileiros (Speck, 2011).

A urbanização intensa, somada aos saltos da tecnologia e da comunicação de massas resultou em aumento de custos para o funcionamento da política democrática, seja na organização e manutenção dos partidos políticos, mas, sobretudo no financiamento das campanhas eleitorais (Speck, 2005).

Parece haver uma relação entre maior competitividade na arena eleitoral e um crescimento no volume dos recursos despendidos pelos partidos para eleger seus candidatos. Nesse sentido há uma preocupação por parte da sociedade civil, instituições e demais atores envolvidos em criar mecanismos institucionais com vistas a regulamentar o sistema de financiamento de campanhas eleitorais, freando a busca exacerbada por recursos financeiros (Peixoto, 2004).

O uso de recursos financeiros na política sejam eles advindas de fontes estatais ou privadas é necessário, no entanto esse uso deve vir acompanhado de uma forte fiscalização que prime pela transparência para evitar uma eventual influência obtida por meio de grandes contribuições em dinheiro.

Ainda que não seja o objeto do presente estudo, vale ressaltar que o debate em torno de que tipo de financiamento seria mais adequado para o bom funcionamento do regime democrático é vital para a compreensão dos efeitos da engenharia em torno dos mecanismos e regras de financiamento sobre o sistema partidário representativo.

A preocupação com o nível de alcance da influência que terão os financiadores de campanhas sobre os candidatos financiados durante seus respectivos mandatos tem incitado o debate em torno da adoção do financiamento público de campanhas.

Boudourkan (2009) atenta que há uma relação importante entre tipos de financiamento, em especial do financiamento público, e os sistemas eleitorais vigentes nos países (proporcional ou majoritário). Em países com sistema proporcional haveria uma maior

associação com financiamento público em decorrência desse tipo de sistema permitir com maior facilidade a entrada de novos partidos.

Isso implica dizer que não seria adequado impor modelos específicos de financiamento eleitoral público tendo em vista que seus efeitos sobre a estrutura partidária irão variar de acordo com o sistema eleitoral de cada país (Boudourkan, 2009).

Os mecanismos de financiamento eleitoral têm importantes implicações para o funcionamento eficiente do regime representativo, no que diz respeito à competitividade e à legitimidade das eleições tendo em vista as conexões estabelecidas entre doadores e partidos que nem sempre são pautadas pela legalidade, produzindo efeitos adversos na distribuição interna de poder da estrutura partidária.

Outro aspecto importante no tocante ao financiamento eleitoral diz respeito às regras que o regem. Tanto a legislação estabelecida pelos órgãos oficiais estatais como as regras de distribuição dos recursos dentro dos partidos tem sérios desdobramentos para a engenharia de custeio das campanhas (Campos, 2009).

Capítulo 2- Aspectos institucionais relevantes do financiamento eleitoral no Brasil: leis eleitorais

2.a. O financiamento de campanhas na Legislação Eleitoral brasileira

A democracia representativa mista¹⁶ no Brasil tem como pressuposto central a criação de um espaço público de valorização da participação dos indivíduos a partir da disponibilização de instrumentos institucionais (eleições, plebiscitos) que torne possível aos indivíduos a livre escolha de representantes, ao mesmo tempo em que possibilita a intervenção dos indivíduos por mecanismos legais no funcionamento da esfera pública.

A eleição ocupa uma posição de destaque absoluto já que ela é vista como o momento da autorização para que outros decidam em nome do povo, que permanece como titular último da soberania. Nesse sentido o sistema de financiamento no Brasil tem intensificado suas ações em dois eixos principais: na atuação das instituições formais que regulamentam o sistema de financiamento de partidos, principalmente na restrição de financiamento privado e no fomento público às eleições (Peixoto, 2004)

O sistema de financiamento eleitoral brasileiro, em suas últimas alterações, aumentou o controle sobre as origens e limites das doações nas campanhas e para a obrigatoriedade dos partidos e candidatos em informar quem são seus financiadores, isto é, a Legislação tem primado pelo *accountability vertical* (Peixoto, 2004).

O *accountability vertical* consiste no livre acesso à prestação de contas dos partidos e candidatos, fornecendo aos eleitores informações que permitem acompanhar os trâmites do financiamento eleitoral, enquanto no *accountability horizontal* o encargo do controle e punição é delegada à órgãos estatais.

***Accountability vertical* na legislação eleitoral brasileira**

¹⁶ Regime de democracia em que existe a combinação de representação política com mecanismos da democracia direta (referendos, plebiscitos).

A Legislação Eleitoral Brasileira procura cercar esse momento - das eleições- de garantias que evitem sua deturpação, visando assegurar a soberania do voto popular, direto, secreto, com igual valor para todos, obrigatório, livre de vícios que possam comprometer a livre manifestação de vontade do eleitor em razão de fraudes, corrupção, influência indevida ou abuso de poder econômico ou político.

O fundamento nuclear que orienta as leis eleitorais é a preservação da soberania ou liberdade do voto, assegurando a normalidade ou legitimidade das eleições. A instituição da legislação eleitoral se justifica precisamente para preservar a livre manifestação de vontade do eleitor quanto a fatos que possam viciar a liberdade do voto.

Sob essa perspectiva a inserção do poder do capital na democracia requer regras que viabilizem o uso de dinheiro ao mesmo tempo em que não permitam que esse uso venha a ter um peso absoluto nas campanhas eleitorais, propiciando assim além de disputas eleitorais desiguais do ponto de vista da independência e autonomia dos partidos políticos e dos candidatos, práticas nocivas aos interesses da coletividade.

O uso abusivo do poder econômico nos pleitos eleitorais na atualidade é um fenômeno com implicações diretas para o sistema político. Nesse sentido a inserção, cada vez mais massiva de recursos financeiros em campanhas eleitorais, tem apontado para novas práticas político-eleitorais que por sua vez tem colocado em xeque velhas perspectivas na relação entre dinheiro e política. Ao mesmo tempo em que essas novas práticas têm incitado um debate polêmico por parte da sociedade civil.

Partidos e candidatos são alvos das leis que regem os gastos em campanhas, tendo em vista que ambos fazem uso de recursos financeiros nas eleições. A regulamentação sobre os atores envolvidos pode ser através da imposição de limites de gastos, vetos a determinados gastos, vetos a candidatos, partidos e doadores em situações que estejam fora do estabelecido pela legislação eleitoral (Campos, 2009). medidas de incentivo para quem esteja dentro dos padrões definidos pela legislação.

A adequação e efetuação das regras estabelecidas pelas legislações eleitorais nos países sob regime democrático acarreta implicações para a lisura dos pleitos eleitorais e nesse sentido a regulamentação sobre financiamento eleitoral no Brasil só veio a ter avanços no período da redemocratização (Speck, 2003).

A evolução ocorrida em nossa legislação na regulamentação e fiscalização do financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais no Brasil é um fator importante que contribui para validar o uso das fontes oficiais de prestação de contas como recurso para análises a cerca da temática. Como analisa Backes (2001, p. 3):

Esta evolução é acompanhada desde a Independência do Brasil até os dias de hoje, examinando-se as principais disposições constitucionais e legais envolvidas. Os tópicos abordados foram os seguintes: regulamentação de contribuições: os limites estabelecidos, as proibições, as modalidades de financiamento público; limites de gastos; formas de fiscalização; penalidades; inelegibilidades por abuso de poder econômico. Será observado que a atividade legislativa no que tange ao financiamento é relativamente recente. A legislação acompanha a evolução dos gastos de campanha, cujo crescimento é recente no mundo todo, não apenas em nosso país.

Ao passo que institui regras que possibilitam aos cidadãos a oportunidade de conhecer a origem dos recursos financeiros recebidos e aplicados em campanhas, a legislação referida prima pelo reforço das condições necessárias para o desenvolvimento de um regime democrático confiável que, dentre outras coisas, não venha a ser degenerado pelo abuso de poder econômico.

Antes de 1993, sequer existia no Brasil uma normatização legal sobre os gastos dos políticos nas campanhas eleitorais, o que implicava a não obrigatoriedade da prestação de contas dos mesmos. Em 1996 foi instituída a obrigatoriedade das prestações dos gastos. Mas foi só a partir das eleições de 2002 que o TSE impôs uma padronização das declarações de receitas e despesas dos candidatos e partidos, assim como também conferência entre os valores e doadores declarados nas prestações com as informações no banco de dados da Receita Federal (Peixoto, 2004).

O financiamento de campanhas eleitorais é um tema polêmico em praticamente todos os sistemas políticos modernos. O primeiro escândalo no Brasil ocorreu durante as investigações sobre as relações entre o tesoureiro Paulo César Farias e o então presidente Fernando Collor (o sistema oficial de financiamento, que não permitia doações de empresas, não era cumprido oficialmente). Um dos resultados das investigações foi a elaboração de um projeto de lei para reformar o financiamento de partidos e campanhas, que se cristalizou na Lei de Partidos Políticos de 1995 e na Lei Eleitoral de 1997.

Até os anos 1950, o financiamento da atividade partidária e das competições políticas não era considerado responsabilidade do Estado. A partir de 1950, época em que a legislação sobre o tema passa, efetivamente, a vigorar, as doações privadas foram permitidas sem limites, tanto de cidadão como também de pessoas jurídicas. A situação mudaria com a nova lei dos partidos em 1971, quando estes foram proibidos de receber fundos de empresas privadas e de entidades de classe ou empresariais.

Uma mini-reforma eleitoral alterou a Lei vigente, limitando a propaganda, filtrando o uso de recursos e aumentando exigências burocráticas com o fim de eliminar o caixa dois. A crise do modelo atual, porém, não foi solucionada pela entrada em vigor das novas regras nas campanhas. A preocupação com a transparência dos recursos financeiros partidários e conseqüentemente com o controle público das campanhas e de todas as transações financeiras dos partidos políticos foi elemento impulsionador para que ocorresse a (mini) reforma na legislação eleitoral em 2006.

O modelo brasileiro de financiamento tenta impor limites às doações, financiando parte dos custos da campanha com dinheiro público, com o Fundo Partidário e Horário Eleitoral Gratuito.

Visando um maior controle da arrecadação e da aplicação de recursos nas campanhas eleitorais, o Tribunal Regional Eleitoral instituiu algumas novas regras nas prestações de contas das campanhas eleitorais (lei 11.300 de 10/05/2006), tais como: registro de valores máximos de gastos que farão por candidatura em cada eleição; vedação na campanha eleitoral da confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor; proibição da realização de showmícios.

O objetivo da minirreforma era aumentar a transparência, mas as mudanças se concentraram na tentativa de baratear o custo de campanhas. Também se tentou, teoricamente, reduzir o caixa 2, após as denúncias surgidas no governo Lula.

A lei também autorizou a rejeição da prestação de contas da campanha se houver comprovação de caixa dois e a cassação de mandato por abuso de poder econômico.

O candidato também passou a ser corresponsável pela veracidade das informações, assinando conjuntamente com o partido a prestação de contas. Somente na prestação de

contas final, que deve ser obrigatoriamente encaminhada à Justiça Eleitoral até 30 dias após a realização das eleições, é exigida a indicação dos nomes dos doadores e respectivos valores doados.

Cabe atentar quanto à limitação do sistema de prestação de contas, no que diz respeito à avaliação da veracidade e da conformidade das contas apresentadas com as normas eleitorais. A avaliação final é feita somente após as eleições, impedindo que os eleitores possam utilizá-la como aporte informacional para orientar a escolha de seu voto (Peixoto, 2004).

A participação do Estado brasileiro no sistema de financiamento partidário: o fundo partidário

O Estado brasileiro, por meio da legislação eleitoral, tem um papel atuante na estruturação do sistema partidário (Figueiredo & Limongi, 2002). O fomento estatal se dá através de financiamento público direto, fundo público, e financiamento público indireto como o Horário Gratuito Político Eleitoral na TV aberta, isenção e/ou taxas específicas aos partidos (Peixoto, 2004).

Asoma do fundo público e o HGPE nas organizações partidárias brasileiras alcançam em torno de 37, 29%¹⁷ do total das despesas dos partidos em períodos eleitorais (Bourdoukan, 2009).

Desde a sua criação em 1965, os critérios de distribuição do fundo partidário passou por várias mudanças e atualmente ele toma como referência o desempenho dos partidos na eleição anterior (95% são distribuídos para os partidos com melhor desempenho na eleição anterior e 5% são divididos para todas as agremiações). Assim a distribuição de recursos, diretos e indiretos é proporcional ao número de cadeiras conquistadas pelos partidos (Bourdoukan, 2009).

Ainda sobre a temática do financiamento público, vale atentar para a tendência à cartelização contida nos critérios de alocabilidade dos recursos públicos, tendo em vista que

¹⁷ Dados com relação a estimativa do percentual de financiamento público em relação aos anos de 2005 e 2006 (Bourdoukan, 2009)

as regras impulsionariam a concentração dos recursos em partidos já estabilizados no cenário eleitoral (Bourdoukan, 2009; Campos, 2009).

A redistribuição dos recursos dentro das organizações partidárias é outra questão que merece atenção, tendo em vista que a legislação eleitoral concede aos dirigentes partidários, total autonomia no controle e redistribuição desses recursos (Campos, 2009).

A autonomia fornecida às lideranças partidárias quanto à redistribuição dos recursos públicos será abordada no tópico seguinte com intuito de analisar o impacto das regras intrapartidárias na dinâmica de financiamento.

2.b. O financiamento público nos estatutos partidários brasileiros

A distribuição dos recursos e seus efeitos sobre a estruturação da organização partidária tem implicações diretas sobre a dinâmica, a estruturação e as estratégias de competição política dos partidos brasileiros. Nesse sentido este tópico se propõe a fazer uma análise comparativa entre as regras de distribuição de recursos no interior dos quatro principais partidos políticos: DEM, PMDB, PSDB e PT.

O estatuto do DEM, apesar de ter um plano nacional de aplicação de recursos, não define critérios específicos no que diz respeito à distribuição de recursos públicos diretos e indiretos, deixando a cargo da executiva nacional a efetuação do referido plano e para os comitês de campanha a ordenação dos horários na HPGE, o controle de receitas e despesas dos partidos e dos candidatos.

O PMDB deixa a cargo das lideranças partidárias a definição da distribuição interna do HGPE. Já com relação à distribuição do fundo partidário, o estatuto pemedebista estabelece que 15% do fundo ficam sob a administração dos órgãos de direção nacional e 65% devem ser repassados aos diretórios estaduais.

O estatuto do PSDB coloca sob a responsabilidade da comissão executiva nacional tanto a distribuição do HGPE por meio de comissões executivas como o repasse dos recursos que deve obedecer aos seguintes critérios: 50% distribuídos proporcionalmente aos diretórios estaduais, 20% distribuídos para manutenção do Partido, 20% para fundações de pesquisa vinculadas ao Partido e o restante para doutrinação política.

Sobre o Fundo Partidário, o estatuto petista estabelece que 60% do valor repassado sejam destinados ao Diretório Nacional e 40% para as instâncias estaduais, que por sua vez repassarão os valores destinados aos diretórios municipais. Quanto a distribuição do HGPE não há determinações.

Vale atentar aqui para as disputas internas ocorridas no PT pelo controle do Fundo partidário, tendo em vista seu crescimento ao longo dos últimos anos, passando de 7% em 1994 para 20, 4% em 2005, correspondendo a 51, 9% do total de recursos captados pelo Partido (Ribeiro, 2008).

A construção do desenho institucional no tocante ao financiamento partidário no Brasil, por meio da legislação eleitoral e dos estatutos partidários, impulsiona a uma centralização, por parte dos dirigentes partidários, na condução dos assuntos estratégicos organizacionais e eleitorais dos partidos. E essa centralização pode comprometer os critérios igualitários na definição de critérios de distribuição dos recursos diretos (Fundo partidário) e indiretos (HGPE e outras taxações) no interior das agremiações (Campos, 2009).

Cap. 3- O caso da Bahia

3.a. Breve caracterização da história política do estado

O processo de conformação das forças políticas na Bahia comporta particularidades que o tornam singular na história política do Brasil. Atrelado a esse processo, o fenômeno denominado de “modernização conservadora” do estado, considerado um “enigma baiano”¹⁸ por se tratar de um complexo jogo político entre o projeto modernizador para o estado e sua adequação aos interesses da elite baiana (DANTAS NETO, 2006), são uma constante na configuração do cenário político baiano.

Para que possamos entender a conformação atual das forças políticas baianas é necessária uma breve incursão histórico período que sucedeu ao término da ditadura de 64, dando a perspectiva de conjunto ao quadro político que aqui pretendemos expor ao leitor.

A história política pós- Ditadura Militar na Bahia se caracterizou pela construção de uma coalizão eleitoral dominante na ocupação de mandatos políticos, onde entre 1982 e 2002 (quadro 6) uma coalizão de partidos liderados pelo então Partido da Frente Liberal (PFL) deteve o poder sob o comando de Antônio Carlos Magalhães, que conferiu nome (carlismo) ao que podemos chamar de um modo de fazer política fundamentado em uma modernização econômica. Nesse contexto surge a figura de Waldir Pires, candidato do PMDB e com propostas baseadas em ações com teor de conservadorismo político (Almeida, 2006).

¹⁸ Designação dada pela elite baiana à incapacidade de modernização e industrialização do estado, enfatizada pela comparação com o sucesso de vizinhos, em especial, Pernambuco (DANTAS NETO, 2006).

Quadro 1- Eleições para senador da Bahia pós-ditadura

Candidato	Partido	Ano
Ruy Bacelar	PMDB	1986
JutahyMagalhães	PMDB	1986
JosaphaMarinho	PFL	1990
ACM	PFL	1994
WaldeckOrnéias	PFL	1994
Paulo Souto	PFL	1998
ACM	PFL	2002
César Borges	PFL	2002
João Durval	PDT	2006
Lídice da Matta	PSB	2010
Walter Pinheiro	PT	2010

Fonte: elaborado a partir dos dados do TRE-BA

As experiências negativas dos grupos de oposição ao carlismo contribuíram para a estabilização desse grupo frente ao governo estadual baiano (quadro 2).

Quadro 2- Eleições para governador da Bahia pós-ditadura

Candidato	Partido	Ano
Waldir Pires	PMDB	1986
Nilo Coelho	PMDB	1989
ACM	PFL	1990
Paulo Souto	PFL	1994
César Borges	PFL	1998
Paulo Souto	PFL	2002
Jaques Wagner	PT	2006
Jaques Wagner	PT	2010

Fonte: elaborado a partir dos dados do TRE-BA

Quadro 3- Eleições para prefeito de Salvador pós-ditadura

Candidato	Partido	Ano
Mário Kértész	PMDB	1985
Fernando José	PMDB	1988
Lídice da Mata	PSDB	1992
Imbasshay	PFL	1996
Imbasshay	PFL	2000

Fonte: In: RUBIM, A.A.C., 2002.

O PMDB na campanha eleitoral para governador da Bahia em 1986 resolveu aliar-se às oligarquias da região, e foi buscar nos redutos (regiões do Recôncavo e Chapada) de Antonio Carlos Magalhães, fazendeiros insatisfeitos para compor a chapa de Waldir Pires. Escolhendo como o candidato a vice-governador Nilo Coelho, o prefeito de Guanambi. E para senadores Ruy Bacelar e Jutahy Magalhães da Frente Liberal. Fechou alianças também com as tendências de centro-esquerda, com Mário Kertz, ex-prefeito de Salvador, e da esquerda com Haroldo Lima, do PCdoB, contando com o apoio integral do PT.

Analisar o índice de fragmentação partidária é uma dimensão importante para que possamos compreender as mudanças na conjuntura partidária baiana. Trata-se no caso baiano de perceber o processo de perda de espaço dos grupos hegemônicos e uma ascensão de novos atores políticos.

A inserção desses novos atores políticopotencialmente competitivos no cenário eleitoral propiciou um aumento da fragmentação partidária¹⁹ no cenário partidário baiano (tabela 1) que em pouco mais de 12 anos quase dobrou o número de partidos que efetivamente participam da arena eleitoral.

Tabela1- Índice de Fragmentação Partidária para o cargo de Deputado Estadual na Bahia

Número Efetivo de Partidos (NEP) Bahia-Deputado Estadual			
1998	2002	2006	2010
6,2	8,16	8,43	11,4

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

Esses resultados apontam para um processo na arena eleitoral baiana que difere do processo de estabilização partidária na arena eleitoral brasileira, tendo em vista que enquanto o número efetivo de partidos na Bahia entre 1998 e 2010 quase dobrou, o índice de fragmentação partidária no Brasil manteve o número de partidos efetivos entre 10 e 12 nos últimos quatro pleitos (tabela 2).

Tabela 2- Índice de Fragmentação Partidária para o cargo de Deputado Estadual no Brasil

Número Efetivo de Partidos (NEP) - Brasil Deputado Estadual			
1998	2002	2006	2010
10,0	11,8	11,5	12,8

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

O Índice de Fragmentação Partidária nos revelamudanças na dinâmica partidária baiana, em específico na oferta partidária indicando que nos últimos pleitos há um volume maior de

¹⁹O índice de fragmentação partidária é um indicador do número efetivo de partidos, proposto porMarkkuLakso e ReinTaagepera,que visa mensurar o peso relativo de cada partido nas eleições ou no Legislativo. Para maiores detalhes sobre o cálculo, ver Lakso&taagepera (1979).

partidos inseridos nas campanhas eleitorais, impulsionando a uma maior competitividade na arena eleitoral baiana. Esses resultados estão relacionados com o processo de perda de força política dos grupos ligados ao carlismo, no entanto, tendo em vista, a ocupação de quadros em nível local e nacional, o grupo liderado pelo então PFL liderou a política baiana até o ano de 2002 com claros indícios de perda de espaço político na arena eleitoral²⁰, ‘coincidindo’ com a mudança do grupo dirigente no governo federal (eleição de Lula).

As lideranças PFL/DEM deram início então a um processo de renovação intra-grupo que consistia basicamente na construção de uma imagem modernizadora do grupo sem, no entanto romper com ACM, mantendo aliança e a identidade do grupo.

A perda de espaço do grupo liderado pelo PFL/DEM pode ser percebida na porcentagem de representantes eleitos desse grupo para as cadeiras da Câmara e Assembléia entre 2002 e 2010 (tabelas 3 e 4).

Tabela 3- Composição da Câmara pelos representantes eleitos da Bahia entre 2002 e 2010: bancada governista, oposição e neutros (%)

Anos	Base Governista	Opositores	Neutros
2002*	57%	42%	1%
2006**	38%	62%	-
2010***	56%	44%	-

Fonte:elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE.

*A Bancada governista em 2002 era composta pelo PFL, PPB, PTB, PTN E PST.

** A Bancada governista em 2006 era composta pelo PT, PMDB, PC do B, PSB, PPS, PV, PTB, PMN, PRB.

***A Bancada governista em 2010 é composta pelo PT, PDT, PSL, PHS, PSB, PC do B, PRB e PP.

²⁰ No que tange em percentuais no que se refere ao conjunto do eleitorado, o grupo conservou um patamar eleitoral em torno de 30% do total do eleitorado, caindo de 56%, em 1998, para 37,6%, em 2002.

Tabela 4- Composição da Assembléia Legislativa da Bahia entre 2002 e 2010: bancada governista, oposição e neutros (%)

Anos	Base Governista	Opositores	Neutros
2002*	49%	51%	-
2006**	40%	60%	-
2010***	52%	46%	2%

Fonte:elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE.

*A Bancada governista em 2002 era composta pelo PFL, PPB, PTB, PTN E PST.

** A Bancada governista em 2006 era composta pelo PT, PMDB, PC do B, PSB, PPS, PV, PTB, PMN, PRB.

***A Bancada governista em 2010 era composta pelo PT, PDT, PSL, PHS,PSB, PC do B, PRB e PP.

A eleição de Lula (2002) consolida o processo de perda espaço do grupo carlista²¹ no segundo escalão do governo, deixando os cargos de representação do Governo federal. Assim, os representantes do grupo carlista perderam a condição de se colocarem como intermediários obrigatórios para encaminhamento das demandas municipais junto ao Governo federal.

²¹ Na metade do segundo governo de Fernando Henrique, o grupo sofre a perda de seus postos ministeriais.

3.b. Breve caracterização das eleições de 2002 e 2006 e desempenho do PT na Bahia

PT e Eleições 2002 na Bahia

A formação da coalizão política que atualmente governa a Bahia, sob liderança do PT, começou a ser constituída no final da década de 90, quando o grupo político governante no estado não obtém mais a mesma ampla base de apoio estadual. A alocação estratégica de cargos e verbas e a utilização dos convênios municipais como moeda de troca junto as prefeituras baianas pelo grupo carlista sofre uma séria crise decorrente da perda de influência do líder carlista, ACM, junto ao Governo Federal, dificultando o repasse de verbas ao governo estadual baiano.

Os rumos das disputas na arena política baiana no final da década de 90 começaram a ser definidos por dois grupos: carlista *versus* anticarlista. Essa configuração só foi possível com a perda de força política do grupo carlista que até meados de 90 conseguia fazer uma política de cooptação, que neutralizava a maior parte dos demais partidos, deixando à margem os que não faziam parte de sua base de apoio. A oposição havia sido objetivamente neutralizada pelo “jeito de fazer política dominante” nos anos 90, não apresentando condições para se compor num pólo consolidado para disputar o poder estadual. O PT passa então a se constituir como um eixo canalizador do descontentamento dos que não engrossavam as fileiras carlistas.

A Eleição de Lula em 2002 consolida o fenômeno da escassez dos recursos extra-eleitorais, até então centrais na política de barganha do grupo carlista, o que acarretou, naquele ano, um avanço do PT em redutos carlistas (localizados na região metropolitana e nos grandes centros urbanos do estado), contribuindo para a chegada petista ao governo estadual em 2006.

Lula obteve maioria no 1º turno em Salvador (tabela 5). Além de seu excelente desempenho na capital, Lula obtém igualmente bons resultados no interior da Bahia, em várias regiões rurais e em cidades médias.

Tabela 5- Votação da Bahia nos candidatos do PT à Presidência da República entre 1994 a 2010 (%)

1994	1998	2002(1º t)	2002(2º t)	2006	2010 (1º t)	2010 (2º t)
35.2	35.3	55.3	65.7	66.6	62.62	70.0

Fonte: TSE

O bom desempenho de Lula no caso baiano pode ser interpretado como um complexo processo de mudança no comportamento do eleitorado, uma vez que nas eleições anteriores, a votação em Lula se restringia a Salvador e às áreas industriais do estado baiano.

Vale atentar para uma peça-chave nessa mudança geográfica do voto em Lula: o apoio de ACM. Tendo rompido com FHC, o líder baiano utilizou de sua influência nos municípios baianos para angariar votos para o candidato do PT, visando uma aproximação maior com o Governo Federal, caso Lula se elegeisse.

O resultado das eleições de 2002 materializou o enfraquecimento do grupo carlista em três campos, onde antes o referido grupo era hegemônico. O primeiro campo é a disputa pelo governo estadual que até 1998 era ganho folgadoamente pelo PFL e seu grupo. A partir de 2002 a disputa torna-se acirrada e o candidato apoiado pelo grupo carlista, Paulo Souto se elege nessa eleição com uma margem pequena (diferença de 15,2%) em relação ao candidato petista: enquanto Paulo Souto obteve 53,7% dos votos, Jaques Wagner obteve 38,5%.

Os números divulgados pelo TRE demonstram que as pequenas cidades fizeram a diferença a favor do petelista. Em 2002 Paulo Souto derrotou o petista, perdendo em Salvador por cerca de 200 mil votos mas a diferença a favor do petelista foi recuperada em algumas grandes cidades e, principalmente, nos pequenos municípios baianos (tabela 6).

Tabela 6- Média de votação para o cargo de governador- BA/2002(%)

Porte populacional do município	Média de votação PT	Média de votação PFL
0-10.000 hab	25, 12	67, 92
10.000-20.000 hab	24, 01	68, 08
20.000-50.000 hab	30, 88	60, 74
50.000- 100.000 hab	37, 78	52,77
100.000 hab	47, 31	44, 67

Fonte: In Borges, 2008.

Os dados da tabela acima indicam que o crescimento eleitoral do PT em 2002 deu-se principalmente nos municípios mais populosos e urbanizados, importantes bases eleitorais do PT, na capital e entorno metropolitano, e nos grandes centros urbanos. Já o PFL obteve um desempenho satisfatório nos pequenos municípios (três vezes maior que a do PT) e pior nos grandes centros urbanos.

A bancada carlista conseguiu também conquistar a maioria na assembléia legislativa do estado. No entanto PFL e PTB (principais partidos dentro do grupo carlista) já em 98 perdem 17% de sua bancada estadual e 25% de sua bancada federal.

PT e Eleições 2006 na Bahia

A consolidação do processo de enfraquecimento do grupo hegemônico liderado pelo PFL no cenário político-eleitoral baiano ocorre com a vitória do então candidato Jaques Wagner para governador do estado (quadro X). A coligação *A Bahia de todos nós* composta pelo PMDB, PC do B, PSB, PPS, PV, PTB, PMN, PRB e liderada pelo PT rompe o ciclo político do PFL/DEM a frente do governo estadual que já perdurava por quatro pleitos seguidos (totalizando 16 anos de governo). Os resultados das eleições apontaram a vitória do

candidato do PT, Jaques Wagner com 52,89% do total de votos, enquanto o candidato do PFL obteve 43,03%.

A chegada do PT ao governo federal e a pretensão do Partido de se consolidar nacionalmente solapou o projeto regional carlista que esbarrou em um terreno pouco propício à sobrevivência dos antigos grupos políticos na esfera estadual já em 2002 com a significativa redução nas bancadas pefelista/carlista na assembleia baiana e Câmara.

Na Câmara o PT em 2006 aumenta sua bancada em 3%, enquanto o PFL diminui em 16% a sua. Já na Assembleia baiana o grupo pefelista ainda deteve maioria. No entanto o fato de o PT ter saído vitorioso das eleições em 2006, derrotando a coligação liderada pelo PFL (e composta pelo PP, PL, PFL, PAN, PHS e PTC), se constitui como algo inédito na história política baiana, principalmente para o Partido dos Trabalhadores que teve um aumento significativo de votos para o cargo de governador: enquanto em 1998 a votação no candidato do PT era de 15% do total dos votos apurados, em 2006 foi de 52%.

Diferente de 2002, o PT em 2006 obteve um crescimento significativo nos pequenos municípios baianos (tabela 7).

Tabela 7- Média de votação para o cargo de governador- BA/2006 (%)

Porte populacional do município	Média de votação PT	Média de votação PFL
0-10.000 hab	48, 86	51, 59
10.000-20.000 hab	46, 11	53, 18
20.000-50.000 hab	50, 55	46, 67
50.000- 100.000 hab	54, 48	41, 66
100.000 hab	54, 27	36, 48

Fonte: In Borges, 2008

Na eleição de 2006 o crescimento eleitoral do PT deu-se em território bastante diverso da sua base eleitoral tradicional: nos municípios distantes do entorno de Salvador e em termos demográficos, municípios de pequeno porte populacional (Borges, 2008) como vimos na tabela acima. Para compreendermos as circunstâncias nas quais essa vitória petista

foi possível é necessário que tracemos um panorama dos diversos fatores que contribuíram para tal fato.

Podemos pontuar aqui um conjunto de alguns dos principais fatores que levaram o PT ao governo estadual baiano: a influência da competição vertical (entre esferas de governo) sobre as eleições estaduais que tendem a seguir uma lógica de coalizões a nível nacional e não apenas regional²²; as alianças partidárias, a intensificação do processo de municipalização das políticas sociais (desde o governo de FHC); o crescente processo de institucionalização dos programas sociais (vide bolsa-família). Aglutinados todos esses fatores contribuíram para o esfacelamento gradual dos oligopólios político-eleitorais baianos (Borges, 2008).

O primeiro fator, influência da competição vertical, refere-se à realização das eleições estaduais e presidenciais de forma concomitante a partir de 1994. O PT baiano procurou, durante a campanha de 2006, associar a candidatura de Jacques Wagner à candidatura de Lula para reeleição ao Governo Federal. Obtendo apoio do PT nacional para tal estratégia, refletida nas visitas do então Presidente à Bahia, participando de comícios, carreatas e programas do HPGE, o candidato petista ao governo baiano obteve larga ‘simpatia’ por parte do eleitorado, que mesmo que não o conhecesse, conhecia e aprovava seu grande apoiador :Lula²³.

A política de alianças também emprestou maior viabilidade à candidatura Wagner. Em 1998 e 2002, o PT não havia sido capaz de aglutinar apoios significativos entre os partidos de centro, ou mesmo de assegurar a união das esquerdas, no estado, em torno da candidatura do partido. Em 2006, de forma diversa, o PT logrou formar uma ampla frente anti-carlista, que incluía não só aliados à esquerda como o PSB, o PDT e o PPS, mas também o PMDB e os ex-carlistas do PTB e ainda o apoio informal do PSDB.

²² Vale atentar aqui que esse fator influencia de forma significativa, no entanto não podemos inferir genericamente que ele é determinante em todos os níveis eleitorais (eleição majoritária e proporcional) e indiscriminadamente em todas as localidades.

²³ Pesquisa feita pelo Vox Populi (2009) disponível em http://www.voxpopuli.com.br/eleicoes_2006/estadual/BA2006-136R02.pdf

O grupo carlista se encontrava internamente dividido, entre os partidários do então Governador Paulo Souto, e o chamado “carlismo ortodoxo” dos seguidores do patriarca do grupo. O grupo de oposição à Carlos Souto era composto principalmente por candidatos às prefeituras filiados ao PFL que haviam perdido as últimas eleições, derrotados por políticos do mesmo grupo que eram preteridos pelos dirigentes estaduais do Partido.

A estratégia adotada pelo PT diante dessa divisão interna do PFL foi a de fazer alianças com o lado anti-Paulo Souto do PFL. A estratégia de ‘rachar’ o grupo carlista acarretou o apoio de nove partidos, enquanto a coligação pefelista contou com seis. Algo inédito, tendo em vista que a ‘regra’ nas eleições baianas até então era a coligação liderada pelo PFL ter o maior número de partidos em sua base aliada. Encabeçada pelo Partido dos Trabalhadores e tendo como forte aliado o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PT e PMDB se uniram em 2006²⁴ com o propósito de derrotar a chapa do Partido da Frente Liberal (PFL).

Como já sugerido nos parágrafos anteriores, o poderio eleitoral conquistado pelo PFL e demais partidos de direita que compunham a coalizão política carlista não pode ser explicado sem que se dê o devido peso à interdependência entre a política nacional e estadual (no caso do grupo carlista estava sempre na base de apoio do governo federal), contribuindo para a subjugação dos municípios baianos ao governo estadual. Nesse sentido outro fator que contribui para a vitória do PT ao governo baiano foi a consolidação do processo de maior grau de independência dada aos municípios conjuntamente com a municipalização de políticas sociais.

Minar o controle que os chefes políticos estaduais exerciam sobre lideranças municipais, inclusive na Bahia, foi um dos objetivos do processo de descentralização político-administrativa nos municípios iniciada logo após o término da Ditadura Militar²⁵.

²⁴ Esta aliança durou três anos. Seu enfraquecimento começou depois do embate nas eleições de 2008 em que o PT lançou candidatura própria e não apoiou o prefeito João Henrique (PMDB).

²⁵ Como já dito anteriormente, ACM e seus aliados valeram-se da alocação estratégica de cargos e verbas para cooptar parcela importante da oposição de centro, ao mesmo tempo em que submetiam as prefeituras não alinhadas ao Executivo estadual a um verdadeiro “bloqueio financeiro”.

Cap. 4- O caso do Ceará

4.a. Breve caracterização da história política do estado

Da política coronelista-baseada em valores como tradição, família, honra e territorialidade- às campanhas competitivas com novos atores políticos com projetos políticos distintos, a história política do Ceará esteve envolta em análises reducionistas, baseadas nos estereótipos de estado arcaico, com coronéis sobre o comando da política com altos índices de pobreza e analfabetismo.

A caracterização sobre a história política cearense que transcorrerá nas próximas páginas busca utilizar-se de análises que tentaram desmistificar, abrindo novas perspectivas que possibilitem um olhar mais atento às complexas transformações que particularizam a história política cearense.

Podemos destacar entre os fatores que contribuíram para o esgotamento da era dos três chefes políticos: as progressivas perdas da lealdade política dos eleitores aos chefes locais; o crescimento de trabalhadores assalariados no campo; o *espírito oposicionista* de Fortaleza, que apresentaria uma tendência de votar contra candidatos dos grupos governistas (no ano de 1985, a deputada Maria Luiza, filiada ao PT na época, tinha vencido as eleições à Prefeitura de Fortaleza, portanto o eleitorado da Capital não teria objeção em aceitar o *candidato das mudanças*, termo que caracterizava Tasso); o aumento de trabalhadores da indústria, do comércio e serviços, além dos funcionários públicos, segmentos estes refratários aos candidatos tidos como *tradicionais e atrasados*; o crescimento, nos grandes centros, dos *movimentos sociais* ligados à *esquerda* (movimentos estes que fizeram parte da aliança do “Governo das Mudanças” na eleição de Tasso em 1986); o fim da ditadura militar.

Diferentemente do que fora regra na política cearense quando os chefes políticos e suas agremiações partidárias se revezavam no poder minando a capacidade de outras lideranças, a competitividade partidária no Ceará é retomada numa conjuntura de

redemocratização das instituições políticas do país com o fim da ditadura militar e o enfraquecimento de seus aliados regionais²⁶.

Com o término da ditadura, a efervescência política (refletidas na busca de direitos perdidos na ditadura de 64, na busca por maior liberdade de expressão) toma conta também do cenário cearense. Havia a necessidade por parte da sociedade cearense de governantes que mostrassem projetos que não apenas fossem aceitos pelos eleitores, mas que englobassem “projetos coletivos”, ou seja, que tivessem apelo popular, já que a prática da política pela *força* estava sendo esgotada na imagem retrógrada dos antigos governantes.

Emergem nesse novo contexto, político e partidário, grupos empresariais, movimentos sociais (trabalhadores rurais, movimento dos sem teto), partidos de esquerda, movimentos ligados à Igreja (movimentos eclesiais de base, por exemplo), enfim novos atores políticos com projetos políticos divergentes para o Ceará pós- ditadura militar.

Para que possamos entender como surgiram e quais interesses moviam esses novos elementos na política cearense traçaremos nos próximos parágrafos um panorama geral das mudanças que propiciaram esse novo arranjo partidário no Ceará.

Políticas de desenvolvimento rural, conflitos de terra e erosão das relações políticas tradicionais na zona rural cearense

A transição democrática no Ceará aconteceu conjuntamente com a renovação das estruturas econômicas locais. O processo de renovação econômica regional no Nordeste, iniciado na década de 70 com investimentos estatais em programas e recursos no setor agrário, alterou não só o cenário econômico, mas acarretou também uma reformulação das relações de moradia e parceria entre patrões e trabalhadores rurais. Prova disso foi o movimento de inserção (crescente) dos trabalhadores rurais em movimentos sociais ou em sindicatos que os representassem durante as décadas de 70 e 80.

O governo na tentativa de incrementar a industrialização no Estado, por meios de incentivos fiscais, promoveu a estagnação do setor primário, um crescimento do secundário e um crescimento ainda maior do terciário. Esse processo refletiu de forma negativa para as populações rurais com taxas altas de desemprego nesse setor (tabela 8).

²⁶ Ver sobre história política do Ceará em Carvalho (1999); Lemenhe (1991); Mota (1999).

**Tabela 8- Indicadores relativos da População Economicamente Ativa do Ceará
entre 1970 e 1986 (%)**

População	1970	1980	1986
População urbana/pop.total	40,80	53,10	62,10
População rural/pop.total	59,20	46,90	37,90
PEA total/pop.total	28,70	32,30	32,70
PEA agrícola/PEA total	60,00	43,30	48,10
PEA industrial/PEA total	12,80	18,10	22,20
PEA serviço/PEA total	27,20	38,60	39,70

Fonte: In: CARVALHO, 2009.

A modernização administrativa pós 64 chega ao campo trazendo um aumento da importância do arrendatário nas atividades agropecuárias, assim como a redução do número de parceiros (os trabalhadores agrícolas que moravam nas fazendas) e ocupantes. O Processo teve início entre 1963 e 1964 com uma nova legislação que regulamentava as relações entre moradores e fazendeiros²⁷. Com o aumento do custo desta mão-de-obra, aceleraram-se as expulsões.

As mudanças ocorridas na conjuntura econômica impulsionaram mobilizações dos trabalhadores rurais que descontentes com a situação de submissão que se encontravam mesmo diante das ‘conquistas’ com o Estatuto da Terra, associaram-se a sindicatos rurais ou às comunidades de base, passando a exigir que suas relações de trabalho fossem regularizadas, não mais pelos donos da terra, mas pelo estado via Estatuto (Carvalho, 2009).

²⁷ Sobre o Estatuto da terra e suas implicações no meio rural cearense ver: Carvalho (2009)

Descontentes com o não cumprimento das mudanças²⁸ contidas no Estatuto da Terra, trabalhadores rurais de várias regiões do Ceará mobilizaram-se, sendo possível constatar esses embates com o aumento do número de conflitos registrados pelo INCRA-Ce (quadro 4).

Quadro 4- Comparativo de conflitos de Terra no Ceará (números absolutos)

Tipo de Conflitos	1985	1986	1987	1988	1989	Total
TERRA	10	20	19	20	30	99
Número de assassinatos	2	1	5	4	3	15
Pessoas envolvidas	300	1.500	2.200	4.500	6.917	15.417
TRABALHISTA	76	95	109	59	66	405
Número de assassinatos	-	-	4	-	2	6
Pessoas envolvidas	159.185	203.521	317.406	283.780	343.980	1.307.772
TOTAL (Número de conflitos)	86	115	128	79	96	504

Fonte: In: Carvalho, 2009.

²⁸O Estatuto tornou obrigatório o contrato de trabalho escrito para todos os moradores. Eles podiam, então, beneficiar-se de vários direitos sociais, tais como salário mínimo, férias e décimo terceiro salário. Além disso, o Estatuto garantia a estabilidade no emprego depois de dez anos de trabalho em uma mesma fazenda e fixava a quantia da indenização que o morador deveria receber em caso de saída ou de expulsão da mesma. Para os moradores estabelecidos há muito tempo em uma fazenda, a indenização podia ultrapassar o valor da roça que cultivava. Além de fixar a quota-parte da coleta de algodão dada pelos moradores aos proprietários, em nível inferior àquele que era praticado. Previa também a regularização, sob certas condições, da situação dos ocupantes, bem como a possibilidade de expropriação dos fazendeiros.

No contexto da desestruturação das velhas formas econômicas e políticas, duas formas básicas de participação política se anunciavam: uma materializada na mobilização partidária dos movimentos de trabalhadores rurais e outra na participação através de disputas por postos políticos por grupos empresariais (Carvalho, 2009). Cabe aqui a indagação a respeito desses projetos propostos por esses novos grupos.

Em que medida esses projetos representavam orientações ideológicas diferentes? Que partidos estavam envolvidos nessas disputas? Bom para que compreendamos essa disputa de projetos, que era também uma disputa partidária, faremos uma incursão no nascimento desses novos grupos políticos.

Movimentos sociais, o campo das esquerdas e o nascimento do Partido dos Trabalhadores no Ceará

Na década de 80, duas vertentes políticas cearenses, antagônicas em suas estratégias, acenavam com perspectivas de ruptura com as velhas elites políticas. Em um dos lados a versão da prefeita eleita em 1985, pelo Partido dos Trabalhadores, Maria Luiza Fontenele, que preconiza a gestão do *"novo com o povo"*²⁹. Como explicar a vitória inesperada de uma mulher filiada a um partido de esquerda nas primeiras eleições majoritárias pós-ditadura. Nesse sentido faz-se necessário uma contextualização do pleito de 85, bem como da presença das esquerdas no Ceará.

Em meados da década de 70, a esquerda tentava se reorganizar também no Ceará. Vale ressaltar aqui que essa tentativa de reorganização veio acompanhada de divergências quanto ao fim da Ditadura (via ação revolucionária e tomada de poder ou pelas vias institucionais- eleitorais). Essas divergências marcarão a formação do quadro partidário cearense no campo das esquerdas.

O Partido dos Trabalhadores nasce no Ceará a contragosto dos demais militantes de esquerda, pois eles acreditavam que era necessário continuar os trabalhos dentro do MDB até o fim da ditadura e criar um partido naquele momento significava dividir a esquerda. Nesse contexto o PT nasce em 1980³⁰ sem o apoio dos demais militantes de esquerda e sem

²⁹ Slogan da campanha da então candidata à Prefeitura em 1985.

³⁰ O PT-CE foi o primeiro no Brasil a cumprir as exigências legais e em 1980 já contava com 48 comissões provisórias.

o apoio da Igreja (que compartilhava da mesma visão dos não apoiadores da criação de um novo partido) e sem o apoio sindical que estava corrompido por pelegos³¹. O PT então nasce no Ceará sem o apoio do movimento sindical de base urbana e com adesão massiva dos sindicalistas do meio rural (Olinda, 1991).

Alguns resultados das eleições da década de 80 na zona interiorana assinalavam algumas tendências de ‘voto rural’ que por sua vez sugeriam mudanças na arena eleitoral e a participação da Igreja e do movimento sindical rural, apoiando candidaturas que eram consideradas representativas dos trabalhadores rurais foi fundamental para esse processo de participação mais ativa do trabalhador rural, refletido na arena eleitoral.

Dois candidatos que representavam os trabalhadores rurais do interior - João Alfredo e Ilário Marques- foram eleitos, e pela primeira vez na Assembléia estariam eleitos militantes que tinham uma história de mobilização junto aos trabalhadores rurais. Destacamos também a candidatura de Antônio Amorim, presidente do sindicato rural de Tauá, sendo o candidato mais bem votado do PT para deputado estadual (20.000 votos) em 1986.

Considerando-se que foram os candidatos de bases rurais os que obtiveram os melhores resultados eleitorais, podemos inferir que esses resultados apontavam para uma ‘ruralização do PT’ em sua criação no Ceará (Carvalho, 2009).

O desgaste pelo qual passou o PT entre os anos de 1979 e 1986 quando ocorreu um afastamento do partido (em decorrência de uma maior preocupação com estruturação de seu quadro partidário) dos movimentos sociais principalmente aquele que lhe deu maior apoio, os trabalhadores rurais, propiciou o fortalecimento de algumas figuras políticas que encarnavam a imagem do PT, entre elas Maria Luiza. Nos próximos parágrafos faremos um apanhado geral das conseqüências para o PT no Ceará da personalização do Partido em torno da figura de Maria Luiza.

O PCB que antes de 64 mantinha certa hegemonia no campo político da esquerda no Estado, reduziu-se pós-ditadura a um pequeno grupo. Nesse contexto o grupo que assumiu a liderança o monopólio nesse campo foi o PC do B (que aglutinava a militância da Ação Popular UNE e MR8).

³¹ A adesão sindical à proposta petista só se deu entre 1980 e 1982.

A força que tinha o grupo de Maria Luíza³² em agregar uma militância em torno de mobilizações destoava da grande divergência interna que tomava conta do PC do B e de certa forma incomodava os demais militantes, o que acabou por acarretar a expulsão de seu grupo do Partido quando então deputada estadual (1978), Maria Luíza, não seguindo as orientações do comando nacional do PC do B³³, foi umas das líderes de maior visibilidade em uma mobilização de resistência de aproximadamente 10.000 famílias num episódio que envolvia umas das maiores favelas de Fortaleza no final da década de 70: a favela José Bastos.

Outro episódio que contribuiu para a visibilidade de Maria Luíza foi sua participação intensa como porta-voz de conflitos dos trabalhadores rurais nas regiões dos sertões de Quixadá e Canindé. Os fatores citados acima foram decisivos para a expulsão dela do PC do B e sua entrada em 1985 no PT. Vale ressaltar aqui que essa migração tinha um claro objetivo: conseguir uma legenda que apoiasse sua candidatura à Prefeitura de Fortaleza nas eleições daquele mesmo ano.

O sucesso eleitoral de Maria Luíza quando eleita prefeita em 1985 não reforçou os vínculos dela com o partido, pois ao chegar ao comando da prefeitura, ela e seu grupo desvincularam-se das orientações gerais do Partido e seu grupo auto proclamou como Partido Revolucionário Operário, reafirmando posições que questionava o poder instituído, estabelecendo uma clara cisão entre o que fora a suacampanha e a sua gestão.

O insucesso da prefeitura petista em 1985 (se assim podemos chamar) marcou fortemente o futuro eleitoral do PT na cidade de Fortaleza tendo em vista que o saldo negativo deixado pela administração popular de Maria Luíza e de seu grupo (que logo após o término do mandato na Prefeitura foram expulsos do Partido), relegou o PT no cenário municipal à certa marginalidade nos pleitos eleitorais seguintes, só vindo novamente a estar a frente da prefeitura de Fortaleza em 2004 (quadro 5).

³² Essa denominação foi bastante empregada pelos demais grupos de esquerda no Ceará para identificar o grupo de perseguidos políticos, ligados ao PC do B e vindos do sudeste (principalmente de São Paulo) em 1973 de áreas visadas pela repressão militar e que era composto por: Maria Luíza (PC do B), Jorge Paiva (UNE), Rosa da Fonseca (UNE), Regina Célia (UNE). E em decorrência de Maria Luíza ter sido o principal contato e apoio aos clandestinos fugidos, adquirindo visibilidade, o grupo foi 'batizado' com o nome dela (Carvalho, 1999).

³³ A Federação de bairros e favelas de Fortaleza era comandada pelo PC do B

Quadro 5- Eleições para prefeito de Fortaleza pós-ditadura

Candidato	Partido	Ano
Lúcio Alcântara	PDS	1982
Maria Luiza Fontenelle	PT	1984
Ciro Gomes	PMDB	1988
Antônio Cambraia	PMDB	1992
Antônio Cambraia	PMDB	1996
Juracy Magalhães	PMDB	2000
Luizianne	PT	2004
Luizianne	PT	2008

Fonte: elaborado a partir dos dados disponíveis no TSE.

O saldo negativo deixado pelo grupo petista na gestão da Prefeitura contribuiu para o fortalecimento do outro grupo que surgiu também na redemocratização e que se propunha a romper com a velha política tradicional: o grupo dos empresários do Centro Industrial do Ceará, encabeçado por Tasso Jereissati. Veremos nos próximos parágrafos a que se propunha esse outro projeto político para o Ceará.

Um projeto modernizador para o Ceará: a ‘era das mudanças’

Outra proposta de mudanças para o Ceará vem acompanhada de uma negação da imagem do Ceará como terra dos coronéis e da "indústria da seca", dando lugar a uma imagem de administração "*moderna, competente e comprometida*"³⁴ com a justiça social

³⁴ Slogan da campanha de 1986 para governo estadual.

veio do candidato do PMDB ao governo do Estado em 1986, Tasso Jereissati, que foi eleito com o apoio fundamental do grupo de empresários do CIC³⁵.

A vitória do candidato do PMDB e apoiado pelo CIC se constitui como um marco de inserção dos "novos" empresários no cenário político cearense. O "*Governo das Mudanças*" expressou a articulação de novos atores políticos com formação universitária cursos de economia e administração (em geral, eram também dirigentes de empresas modernas).

Tasso Jereissati e seu grupo chegaram ao poder com base num discurso contra os atrasos do passado, tendo, inclusive como aliados partidos e grupos pertencentes à esquerda. No entanto à medida o grupo dirigente foi se firmando no poder, hierarquizando o quê seria prioridade na referida Gestão (incluir a economia cearense numa dinâmica exportadora, com a presença e atração maciça de investimentos privados a custo de pesados incentivos fiscais), à esquerda, até então aliada, se afasta.

Entretanto, o conjunto de alianças necessárias à manutenção do poder e a posterior consolidação da "*Era Tasso*" foi mantida, inclusive com setores antes tachados de retrógrados no período eleitoral, como grupos tradicionais da política local. O projeto político proposto por Tasso e os partidos que o apoiaram (no primeiro mandato o PMDB, nos demais o PSDB) não enfrentou nenhum grande opositor na arena eleitoral e isso acabou por corroborar um período hegemônico de 20 anos ininterruptos desse grupo à frente do Governo Estadual (quadro 6) e como representantes do estado no Senado (quadro 7).

³⁵ Centro Industrial Cearense (CIC) criado em 1919 com intuito de se tornar um centro de referência na discussão e formulação das políticas propostas, não apenas para a área industrial, mas em todos os setores que propiciassem o desenvolvimento do Ceará.

Quadro 6- Eleições para governador do Ceará pós-ditadura

Candidato	Partido	Ano
Luiz Gonzaga Mota	PDS	1982
Tasso Jereissati	PMDB	1986
Ciro Gomes	PSDB	1990
Tasso Jereissati	PSDB	1994
Tasso Jereissati	PSDB	1998
Lúcio Alcântara	PSDB	2002
Cid Gomes	PSB	2006
Cid Gomes	PSB	2010

Fonte: TSE

Quadro 7-Eleições para senador da Ceará pós-ditadura

Candidato	Partido	Ano
Mauro Benevides	PMDB	1986
Cid Carvalho	PMDB	1986
Neni Veras	PSDB	1990
Sérgio Machado	PSDB	1994
LúcioAlcântara	PDT	1994
Luis Pontes	PSDB	1998
Tasso Jereissati	PSDB	2002
Patrícia Gomes	PPS	2002
Inácio Arruda	PC do B	2006
Eunício Oliveira	PMDB	2010
José Pimentel	PT	2010

Fonte: TSE

Entre as eleições de 1998 e 2002, alguns fatos deram novo tom à política cearense e a força do PSDB começa a dar sinais de esgotamento.

A Assembléia Legislativa do Ceará desde a chegada do PSDB no Executivo foi marcado por um cenário onde o conflito político deu lugar a uma interação pacífica entre Executivo e Legislativo, com dissidências pouco perceptíveis com o governo. No entanto a partir de 2001 nomes importantes dentro do referido partido desligam-se do mesmo, transferindo-se para o PSB. E o resultado foi a modificação do padrão que marcava as relações entre Executivo e Legislativo.

Em 2002, outro sinal de esgotamento do projeto político do PSDB. A entrada de novos partidos na disputa ao governo estadual torna essa arena competitiva, exigindo do PSDB um fôlego novo para sair vitorioso na disputa.

4.b. Breve caracterização das eleições de 2002 a 2010 e desempenho do PT no Ceará

PT no Ceará: eleições de 2002, 2006 e 2010

O cenário político cearense, a partir do final dos anos 90, começa a demonstrar sinais de mudança e volta da competitividade político-eleitoral com a perda de espaço do grupo que detinha a hegemonia, até então comandado pelo PSDB.

E os resultados dos pleitos de 2002, 2004 e 2006 e 2010 parecem apontar para um padrão alto de competitividade eleitoral nos cargos proporcionais (tabela 9), medido aqui com o auxílio do Índice de Fragmentação Partidária.

Tabela 9- Índice de Fragmentação Partidária no Ceará para o cargo de Deputado Estadual

Número Efetivo de Partidos (NEP) Ceará- Deputado Estadual			
1998	2002	2006	2010
5,2	6,9	7,1	10,68

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

O Índice de Fragmentação Partidária nos revela que em 12 anos o número de partidos efetivos que apresentaram candidaturas nas eleições proporcionais no Ceará dobrou,

diferenciando-se do ritmo de fragmentação partidária em nível de Brasil, que manteve o número de partidos efetivos entre 10 e 12 nos últimos quatro pleitos (tabela 10).

Tabela 10: Índice de Fragmentação Partidária no Brasil para o cargo de Deputado Estadual

Número Efetivo de Partidos (NEP) – Brasil- Deputado Estadual			
1998	2002	2006	2010
10,0	11,8	11,5	12,8

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

A Assembléia Legislativa e Câmara se configuram heterogêneas em suas composições partidárias, como sugerem as tabelas 11 e 12.

Tabela 11-Composição da Câmara pelos representantes eleitos do Ceará entre 2002 e 2010: bancada governista, oposição e neutros (%).

Anos	Base Governista	Opositores	Neutros
2002*	34%	62%	4%
2006**	58%	42%	-
2010***	77%	23%	-

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

*A Bancada governista em 2002 era composta pelo PSDB, PPB, PSD, PV.

** A Bancada governista em 2006 era composta pelo PSB, PT, PC do B, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN e PV.

***A Bancada governista em 2010 é composta pelo PT, PSB, PC do B, PMDB, PSC, PDT, PRB.

**Tabela 12: Composição da Assembléia Legislativa do Ceará entre 2002 e 2010:
bancada governista, oposição e neutros (%).**

Anos	Base Governista	Opositores	Neutros
2002*	46%	54%	-
2006**	50%	46%	4%
2010***	59%	33%	8%

Fonte:elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

*A Bancada governista em 2002 era composta pelo PSDB, PPB, PSD, PV.

** A Bancada governista em 2006 era composta pelo PSB, PT, PC do B, PMDB, PRB, PP, PHS, PMN e PV.

***A Bancada governista em 2010 era composta pelo PT, PSB, PC do B, PMDB, PSC, PDT, PRB.

A hegemonia *peessedebista* passa por visível processo de esgotamento eleitoral, apesar da maioria dos deputados federais e estaduais eleitos pertencerem ao PSDB. Os padrões de consenso recorrentes nas eleições dos anos 90, tanto para cargos proporcionais quanto cargos majoritários, não são mais os mesmos, vide o pleito eleitoral para o Governo Estadual em 2002.

A análise da disputa ao Governo do Ceará em 2002 já revela sinais de corrosão da hegemonia do PSDB. Diferentemente das anteriores, com vitórias conquistadas logo com ampla vantagem no primeiro turno, à disputa em 2002 foi acirrada.

Nas eleições de 2002 para o cargo de governador, o PT lança um candidato, que alcançou 28,3% do total de votos obtidos no 1º turno, levando a eleição a ser decidida no 2º turno. Por uma diferença de 3.054 votos, o candidato do PT que obteve 1.762.679 votos (50%) não foi eleito, enquanto o candidato do PSDB, que saiu vitorioso obteve 1.765.726 (50%) dos votos.

A grande aceitação do candidato da coligação liderada pelo PT ao governo estadual do Ceará acompanhou o amplo apoio recebido pelo candidato Lula (tabela 13).

Tabela 13-Votação do Ceará nos candidatos do PT à Presidência da República entre 1994 a 2010 (%)

1994	1998	2002(1º t)	2002(1º t)	2006	2010(1º t)	2010(2º t)
26,99	32,8	39,3	71,7	71,2	66,30	77,0

Fonte: TSE

Nas disputas pelo Governo do estado do Ceará, o campo da esquerda optava por lançar um nome de baixa densidade política e eleitoral (o caso do ex-prefeito de Icapuí, José Airton, foi o candidato da coligação PT/PC do B / PSB ao governo do Estado em 1998 e 2002), concentrando esforços na campanha presidencial de 2002 para eleger Lula e na garantia de eleição do maior número possível de deputados estaduais e federais. No entanto essas estratégias petistas parecem ter deixado escapar a chance de conquistar em 2002 o governo do Estado.

Em 2006, duramente atingida pelos escândalos do “mensalão”, a direção estadual do PT reconhecia não ter condições políticas de lançar candidatura própria, assim o PT adere à candidatura de Cid Gomes e a então prefeita de Fortaleza Luizianne Lins, filiada ao PT, indica um de seus mais fiéis colaboradores, Francisco Pinheiro, para compor a chapa como candidato a vice-governador.

O PSDB nas prévias eleitorais de 2006 se encontrava dividido internamente. As divergências entre Tasso Jereissati e a direção estadual do PSDB no Ceará ocorre devido a um possível apoio de Tasso ao candidato do PSB ao governo estadual, Cid Gomes. O apoio do Jereissati a um candidato que não era o do seu próprio partido, era enxergado pelos políticos tucanos não só como um desrespeito às deliberações da direção estadual do PSDB, mas também como uma suplantação das fronteiras partidárias em nome de relações de reciprocidades nos pactos políticos firmados entre Tasso e os irmãos Ferreira Gomes em pleitos anteriores.

Os demais *pessedebistas* no Ceará encararam o apoio de Tasso, um dos líderes tucanos com maior destaque na política cearense, como algo negativo para os planos do Partido ao Governo Estadual, haja vista que a direção estadual já havia escolhido o seu candidato: o então governador Lúcio Alcântara.

Cid Gomes também recebeu o apoio do PMDB. Já o PC do B reivindicava como contrapartida de sua participação na aliança partidária, o lançamento de Inácio Arruda como candidato único ao senado. A indicação do deputado federal Moroni Torgan para a vaga do senado garantiu a presença do PFL na coligação.

Os resultados eleitorais confirmaram as previsões das pesquisas eleitorais: vitória do candidato do PSB no 1º turno com 2.411.457 votos, correspondente a 62,38% do total de votos válidos, quase o dobro dos 1.309.277 obtidos pelo candidato do PSDB que concorreu à reeleição.

O fim de um ciclo político da política cearense, que teve a duração emblemática de duas décadas, ocorre, entretanto, em circunstâncias muito especiais. Depois de duas décadas de domínio do PSDB, essa vitória eleitoral pode ser vista como um marco na construção do novo grupo político dirigente na política cearense.

A vitória de Cid Gomes em 2010 (reeleito com mais de 60% dos votos válidos) inaugura uma nova era de hegemonia política e deve essa vitória ser vista como a consolidação de uma nova elite política, sendo o PT um dos partidos de grande influência nesse grupo, pois tem tido um peso estratégico nas articulações com os demais partidos.

Vale fazer uma ressalva nesse contexto quanto à disputa eleitoral para prefeitura de Fortaleza, pois diferentemente do que ocorria na disputa pelo governo estadual, o PSDB não gozava de uma ampla aprovação de seus candidatos a prefeito.

As eleições municipais de 2004 foram marcadas não apenas pela volta do PT ao executivo municipal (a última vez que lançou candidato e conseguiu eleger foi em 1986), mas também por um conflito intrapartidário do PT.

As disputas no interior do PT em torno do candidato indicado à prefeitura de Fortaleza, em 2004, dividiram o partido em dois blocos: o primeiro, pró-Inácio Arruda (aliança com o PC do B na qual o PT ficaria responsável pelo vice), e o segundo, pró-Luizianne Lins (candidatura própria do PT), liderada pela Democracia Socialista³⁶.

³⁶Corrente dentro do PT que tem como marca a busca por uma direção centralizada que daria forma ao partido, buscando uma retomada de marcas históricas de mobilização do movimento popular.

O bloco pró-Inácio buscava consolidar a aliança feita entre os partidos no Governo Lula na certeza de que o bloco pró-Luizianne não asseguraria esse amplo leque de alianças, visto que a tendência Democracia Socialista fazia duras críticas ao Governo Federal.

O projeto político defendido pela DS tinha como proposta o resgate das bandeiras históricas do PT, prezando a proximidade com movimentos sindicais e sociais. A peculiaridade do conflito cearense estava na forte presença de militantes “radicais” do PT, o que polarizava ainda mais o conflito. Assim, aqueles que desejavam um possível retorno às origens petistas, penderam para o apoio à candidata da DS. No entanto com a vitória, a então candidata Luizianne Lins inicia uma série de mudanças que alinham seu grupo à política de ampliação da base aliada do Governo Lula. A primeira mudança se deu ainda no segundo turno das referidas eleições: a aliança com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Cap. 5- Análise do papel exercido pelo financiamento nas campanhas eleitorais petistas nas eleições de 2002, 2006 e 2010 a nível nacional (Brasil) e local (Bahia e Ceará)

Observações sobre o volume total de financiamento

Os resultados eleitorais em regimes democráticos são produtos da relação de distintos recursos empregados pelos atores na competição. E esses recursos são divididos em três espécies, quais sejam econômicos, organizacionais e ideológicos (Przeworski, 1994). No entanto a análise no presente trabalho focará sua atenção nos recursos econômicos empregados nas candidaturas petistas, tentando averiguar a hipótese inicial do trabalho se de fato teria ocorrido um aumento no volume de financiamento das campanhas petistas.

O presente tópico buscará encontrar evidências empíricas da hipótese inicial desse trabalho: as mudanças no padrão do volume de recursos dos Partidos dos Trabalhadores, intensificadas principalmente após as eleições de 2002. No entanto ficaremos atentos também para outro aspecto crucial das campanhas do PT: a eficiência nos gastos. Nesse sentido tentaremos encontrar evidências que indiquem que o PT tem utilizado de forma menos eficiente os recursos financeiros destinados às suas campanhas eleitorais³⁷. Para encontrar indícios que embasem esses dois argumentos serão feitas comparações:

- a) entre o volume de recursos dos candidatos do PT para os cargos proporcionais, em nível de Brasil e o volume de financiamento dos candidatos dos três maiores partidos no cenário político brasileiro (DEM; PSDB; PMDB) com intuito de checar a dinâmica do crescimento do volume de recursos nas campanhas para cargos proporcionais, em especial do PT nos anos de 2002, 2006 e 2010;
- b) entre o volume de recursos dos candidatos do PT para os cargos proporcionais nos estados da Bahia e Ceará e o volume de recursos dos candidatos para os cargos proporcionais do DEM, PSDB e PMDB nos referidos estados com o objetivo de

³⁷Constituindo um padrão de eficiências de gastos, garantindo um sucesso eleitoral aquém dos recursos disponíveis (elegendo candidatos com menos recursos que os demais partidos), o padrão de financiamento das campanhas eleitorais do Partido dos Trabalhadores, nos pleitos das décadas de 80 e 90, destoava do padrão dos demais partidos no que se refere ao volume de recursos arrecadados e ao total de despesas feitas em suas campanhas eleitorais para todos os cargos.

- confrontar a dinâmica de financiamento em termos de volume de recursos entre os partidos nos pleitos de 2002 e 2010;
- c) entre o volume de recursos do PT para os cargos proporcionais à nível nacional e o volume de recursos do PT para os cargos proporcionais em nível de Bahia e Ceará, observando se há uma consonância entre a dinâmica do volume de recursos nos estados e a dinâmica do volume de recursos do PT no Brasil;
 - d) entre o volume de recursos para o financiamento das campanhas de 2002, 2006 e 2010 e a votação nos candidatos petistas, verificando se há uma relação entre dinheiro e votação ou ainda se quanto maior o volume de recursos maior será a votação alcançada pelo candidato;
 - e) entre o volume de recursos originários de pessoas físicas e as doações advindas de pessoas jurídicas, buscando compreender se há mudanças quanto à composição do financiamento das campanhas do PT para os cargos proporcionais nos pleitos de 2002, 2006 e 2010.

Comparando o volume de financiamento do PT no Brasil com o financiamento do DEM, PMDB e PSDB nos pleitos de 2002, 2006 e 2010

Uma observação atenta à distribuição dos recursos por cargo entre os pleitos de 2002 e 2010 (tabela 14), que inclui o Partido dos Trabalhadores e os três maiores partidos do Brasil³⁸, nos fornece alguns dados que fundamentarão uma de nossas hipóteses iniciais: a de que o PT vem consolidando um padrão de financiamento eleitoral bem próximo a dos demais partidos em termos de inserção, cada vez maior, de recursos financeiros.

³⁸ Classificação elaborada pela própria autora que para tal levou em consideração: o tamanho da bancada do partido na Câmara dos deputados, quantidade de recursos repassados pelo TSE via fundo partidário e número de filiados do partido.

Tabela 14- Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT, DEM, PMDB e PSDB-Brasil (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos)

Partido	Cargo	2002		2006		2010	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
PT	Deputado Estadual	R\$22.378.300,84	10,4	R\$50.499.704,43	11,1	R\$129.074.839,00	15
	Deputado Federal	R\$19.266.350,83	10,1	R\$57.536.964,80	13,6	R\$148.630.961,00	17,3
DEM	Deputado Estadual	R\$25.311.659,24	11,7	R\$50.774.431,99	11,2	R\$53.464.440,00	6,2
	Deputado Federal	R\$32.173.551,15	16,9	R\$54.637.503,83	12,9	R\$76.118.382,00	8,9
PMDB	Deputado Estadual	R\$25.655.283,20	11,9	R\$70.808.166,52	15,6	R\$115.234.776,00	13,4
	Deputado Federal	R\$27.572.179,19	14,5	R\$70.783.528,56	16,7	R\$135.810.500,00	15,8
PSDB	Deputado Estadual	R\$33.193.303,64	15,4	R\$79.814.121,21	17,6	R\$128.585.057,00	14,9
	Deputado Federal	R\$39.657.409,06	20,8	R\$71.087.549,46	16,8	R\$122.328.393,00	14,2

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE.

Em nível nacional, podemos verificar que diferentemente do que ocorria em pleitos anteriores, o PT não destoou do cenário nacional e teve um aumento em pontos percentuais de receitas entre 2002 e 2010 até para cargos onde alguns dos partidos, analisados no quadro acima, tiveram quedas significativas de seus recursos.

Em 2006, para o cargo de deputado estadual e federal o PT e PMDB são os únicos partidos que tem aumento de receita. Enquanto o financiamento do PT cresce 0,7 ponto percentual para o cargo de deputado estadual, o PMDB cresce 3,7 pontos percentuais. Já com relação ao financiamento para o cargo de deputado federal só PT e PMDB tem aumento em pontos percentuais no volume total de financiamento para esse cargo: o PT aumenta sua receita em 3,5 pontos percentuais, enquanto o PMDB aumenta 2,2 pontos percentuais.

DEM e PSDB registraram quedas no financiamento em pontos percentuais tanto para o cargo de deputado estadual (0,5 e -2,2 pontos percentuais respectivamente), como para o cargo de deputado federal: tanto o PSDB quanto o DEM recuaram 4 pontos percentuais no volume total de financiamento para deputado federal em 2006 com relação a 2002.

Em 2010 para o cargo de deputado estadual, com exceção do PT (que teve aumento de 3,9 pontos percentuais), todos os demais partidos analisados, registraram queda no volume de financiamento com relação a 2006: o DEM caiu 5 pontos percentuais, o PMDB 2,2 pontos percentuais e o PSDB recuaram em 2,7 pontos percentuais.

Para o cargo de deputado federal o PT foi único que registrou aumento no volume de recursos entre 2006 e 2010, crescendo em 3,7 pontos percentuais. O DEM registrou queda de 4,0 pontos percentuais, o PMDB queda de 0,9 pontos percentuais e o PSDB caíram 2,6 pontos percentuais com relação ao volume de recursos registrados em 2006.

Entre 2002 e 2010 o PT foi o único partido que registrou crescimento no volume total de recursos para os cargos proporcionais em todos os pleitos analisados. A porcentagem do volume de recursos do PT sobre o volume total de recursos para o cargo de deputado estadual cresceu entre 2002 e 2010 4,6 pontos percentuais. No entanto o maior crescimento foi no volume de recursos destinados para o cargo de deputado federal: o crescimento foi de 7,2 pontos percentuais. Nesse sentido verificamos que o PT foi o único partido que teve uma dinâmica de crescimento intenso e contínuo no volume de recursos para os cargos proporcionais.

Comparando o volume de recursos do PT, DEM, PMDB e PSDB nos estados da Bahia e Ceará entre 2002 e 2010

Analisaremos no presente tópico a dinâmica de financiamento nos estados da Bahia e Ceará, comparando o PT e os demais partidos, procurando perceber possíveis diferenças entre o volume de recursos entre os partidos analisados.

Tabela 15-Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT, DEM, PMDB e PSDB-Bahia (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos)

Partido	Cargo	2002		2006		2010	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
PT	Deputado Estadual	R\$605.778,96	7,7	R\$2.299.930,31	12	R\$6.220.654,00	18,7
	Deputado Federal	R\$645.464,40	6,7	R\$2.361.624,26	13,2	R\$7.890.700,00	19,9
DEM	Deputado Estadual	R\$1.624.287,76	20,8	R\$4.629.549,07	24,1	R\$3.294.390,00	9,9
	Deputado Federal	R\$4.303.897,84	44,9	R\$7.982834,47	44,7	R\$8.904.504,00	22,5
PMDB	Deputado Estadual	R\$531.172,93	6,8	R\$1.580.681,33	8,2	R\$3.132.495,00	9,4
	Deputado Federal	R\$1.552.489,08	16,2	R\$792.350,10	4,4	R\$2.572.066,00	6,5
PSDB	Deputado Estadual	R\$694.989,72	8,9	R\$1.164.523,59	6,1	R\$3.343.788,00	10
	Deputado Federal	R\$1.327.323,00	13,9	R\$1.855.924,41	10,4	R\$4.601.241,00	11,6

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE.

Na Bahia entre 2002 e 2006, para o cargo de deputado estadual, houve crescimento no volume de recursos em todos os partidos analisados, com exceção do PSDB. Enquanto o PT cresceu 4,3 pontos percentuais, o DEM 3,3 pontos percentuais e o PMDB 1,4 pontos percentuais, o PSDB registrou queda de 2,8 pontos percentuais no financiamento para deputado estadual.

O PT baiano foi o único partido que registrou aumento no volume de financiamento entre 2002 e 2006 para o cargo de deputado federal. Enquanto o PT cresceu 6,5 pontos percentuais, DEM, PMDB e PSDB registraram quedas de 0,2 pontos percentual, 11,8 pontos percentuais e 3,5 pontos percentuais respectivamente.

Entre 2006 e 2010 o volume de financiamento para o cargo de deputado estadual na Bahia cresceu em todos os partidos, com exceção do DEM que registrou queda de

1,42 pontos percentuais. O PT registrou o maior aumento, 6,7 pontos percentuais, seguido pelo PSDB, 3,9 pontos percentuais, e pelo PMDB, 1,2 pontos percentuais. Para o cargo de deputado federal o PT baiano também foi o partido que registrou maior aumento (6,7 pontos percentuais), seguido pelo PMDB (2,1 pontos percentuais) e pelo PSDB (1,2 pontos percentuais). O DEM novamente foi o único partido que registrou queda (22,2 pontos percentuais). Entre 2002 e 2010 o PT foi o partido na Bahia que registrou os maiores crescimentos no volume total de recursos para os cargos proporcionais em todos os pleitos analisados. A porcentagem do volume de recursos do PT sobre o volume total de recursos para o cargo de deputado estadual cresceu, entre 2002 e 2010, 11 pontos percentuais. No entanto o maior crescimento foi no volume de recursos destinados para o cargo de deputado federal: o crescimento foi de 13,2 pontos percentuais.

Tabela 16-Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT, DEM, PMDB e PSDB-Ceará (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos)

Partido	Cargo	2002		2006		2010	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
PT	Deputado Estadual	R\$431.544,28	7,2	R\$1.266.162,73	10,2	R\$2.244.806,00	10,9
	Deputado Federal	R\$265.650,52	5,4	R\$1.471.584,28	13	R\$2.946.125,00	14,7
DEM	Deputado Estadual	R\$112.002,00	1,9	R\$51.708,40	0,4	R\$607.071,00	2,9
	Deputado Federal	R\$189.661,88	3,8	R\$134.368,34	1,2	R\$98.000,00	0,5
PMDB	Deputado Estadual	R\$597.337,00	9,9	R\$1.718.346,64	13,9	R\$1.335.215,00	6,5
	Deputado Federal	R\$1.673.441,33	33,9	R\$3.066.244,19	27,1	R\$6.285.340,00	31,3
PSDB	Deputado Estadual	R\$2.075.109,37	34,4	R\$4.574.417,36	37	R\$3.180.747,00	15,4
	Deputado Federal	R\$1.799.040,23	36,4	R\$3.179.923,96	28,1	R\$2.616.445,00	13

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

No Ceará, entre 2002 e 2006, todos os partidos, com exceção do DEM, que registrou queda de 1,2 pontos percentuais, tiveram aumento no volume de recursos para o cargo de

deputado estadual. O PMDB foi o que mais cresceu (4 pontos percentuais), seguido pelo PSDB (2,6 pontos percentuais). O PT registrou um pequeno crescimento de 0,3 pontos percentual.

Para o cargo de deputado federal, entre 2002 e 2006, o PT do Ceará foi o único partido que registrou crescimento no volume de recursos, 7,6 pontos percentuais. PSDB, DEM e PMDB e registraram quedas de 8,3 pontos percentuais, 2,6 pontos percentuais e 0,58 ponto percentual.

Entre as eleições de 2006 e 2010, o PSDB e o PMDB registraram quedas de 21,6 pontos percentuais e 7,4 pontos percentuais respectivamente na porcentagem do volume total de recursos destinados para o cargo de deputado estadual. O DEM registrou aumento de 1,5 pontos percentuais e o PT de 0,7 pontos percentual.

Para o cargo de deputado federal, a maior queda foi do PSDB (15,1 pontos percentuais), seguido pelo DEM que também registrou queda de 0,7 pontos percentual. O PMDB e o PT aumentaram o volume de recursos em 4,2 e 1,7 pontos percentuais respectivamente.

Entre 2002 e 2010 a porcentagem do volume de recursos do PT sobre o volume total de recursos para o cargo de deputado estadual cresceu entre 2002 e 2010, 3,7 pontos percentuais e para o cargo de deputado federal o crescimento foi de 9,3 pontos percentuais.

Comparando o volume de recursos do PT no Brasil e do PT nos estados da Bahia/ Ceará entre 2002 e 2010

O presente item analisará a dinâmica de financiamento do PT no Brasil e nos estados da Bahia e Ceará. Primeiro, a comparação será feita entre a porcentagem do volume de recursos para os cargos proporcionais do PT no Brasil e do PT na Bahia e em seguida, a comparação será feita entre o PT no Brasil e o PT no Ceará, verificando a consonância, ou não, do volume de recursos do PT no Brasil, na Bahia e no Ceará.

Outra comparação será realizada entre o volume de recursos recebidos pelo PT da Bahia para os cargos proporcionais e o volume de recursos do PT do Ceará, procurando verificar em que medida os valores dos dois estados se aproximam ou não.

**Tabela 17- Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT Brasil X
PT Bahia (valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os
partidos)**

Partido	Cargo	2002		2006		2010	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
PT/BRA	Deputado Estadual	R\$22.378.300,84	10,4	R\$50.499.704,43	11,1	R\$129.074.839,00	15
	Deputado Federal	R\$19.266.350,83	10,1	R\$57.536.964,80	13,6	R\$148.630.961,00	17,3
PT/BA	Deputado Estadual	R\$605.778,96	7,7	R\$2.299.930,31	12	R\$6.220.654,00	19,9
	Deputado Federal	R\$645.464,40	6,7	R\$2.361.624,26	13,2	R\$7.890.700,00	20

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

A tabela acima faz uma comparação entre o PT nacional e o PT da Bahia com relação ao volume de financiamento. Para os cargos de deputado estadual e deputado federal, o PT baiano não destoa do PT nacional e amplia seu volume de financiamento, em pontos percentuais, para os cargos proporcionais, no entanto o crescimento do PT na Bahia foi superior ao do PT à nível de Brasil na arena eleitoral.

Entre 2002 e 2010, enquanto o volume de recursos do PT no Brasil para o cargo de deputado estadual cresceu 4,6 pontos percentuais. Os recursos destinados para o mesmo cargo na Bahia cresceu 11 pontos percentuais. E para o cargo de deputado federal o crescimento do volume de recursos do PT no Brasil foi de 7,2 pontos percentuais e no PT baiano foi de 13,2 pontos percentuais.

Tabela 18-Recursos destinados para os cargos proporcionais: comparando PT Brasil X PT Ceará(valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos)

Partido	Cargo	2002		2006		2010	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
PT/BRA	Deputado Estadual	R\$22.378.300,84	10,4	R\$50.499.704,43	11,1	R\$129.074.839,00	15
	Deputado Federal	R\$19.266.350,83	10,1	R\$57.536.964,80	13,6	R\$148.630.961,00	17,3
PT/CE	Deputado Estadual	R\$431.544,28	7,2	R\$1.266.162,73	10,2	R\$2.244.806,00	10,9
	Deputado Federal	R\$265.650,52	5,4	R\$1.471.584,28	13	R\$2.946.125,00	14,7

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

A tabela 18 faz uma comparação entre o PT nacional e o PT do Ceará com relação ao volume de financiamento. Para os cargos de deputado estadual e deputado federal, o PT cearense não destoa do PT nacional e amplia seu volume de financiamento, em pontos percentuais, para os cargos proporcionais, no entanto o crescimento do PT no Ceará foi inferior ao do PT à nível de Brasil para o cargo de deputado estadual e superior para o cargo de deputado federal.

Entre 2002 e 2010, enquanto o volume de recursos do PT no Brasil para o cargo de deputado estadual cresceu 4,6 pontos percentuais, os recursos destinados para o mesmo cargo no Ceará cresceu 3,7 pontos percentuais. Já para o cargo de deputado federal o crescimento do volume de recursos do PT no Brasil foi de 7,2 pontos percentuais, enquanto o do PT cearense foi de 9,3 pontos percentuais.

Tabela 19-Recursos destinados para os cargos proporcionais: PT Bahia X PT Ceará
(valores absolutos e porcentagem sobre o total de recursos de todos os partidos)

Partido	Cargo	2002		2006		2010	
		nº absoluto	%	nº absoluto	%	nº absoluto	%
PT/BA	Deputado Estadual	R\$605.778,96	7,7	R\$2.299.930,31	12	R\$6.220.654,00	18,7
	Deputado Federal	R\$645.464,40	6,7	R\$2.361.624,26	13,2	R\$7.890.700,00	19,9
PT/CE	Deputado Estadual	R\$431.544,28	7,2	R\$1.266.162,73	10,2	R\$2.244.806,00	10,9
	Deputado Federal	R\$265.650,52	5,4	R\$1.471.584,28	13	R\$2.946.125,00	14,7

Fonte: elaborada a partir dos dados disponíveis no TSE

A tabela 19 faz uma comparação entre o PT da Bahia e o PT do Ceará com relação ao volume de financiamento. Para os cargos de deputado estadual e deputado federal, tanto o PT da Bahia como o PT do Ceará ampliam seu volume de financiamento em pontos percentuais.

Cabe atentar que o PT baiano teve maior volume de recursos em relação ao PT cearense para todos os cargos proporcionais. Enquanto o PT cearense cresceu entre 2002 e 2010 3,7 pontos percentuais para o cargo de deputado estadual, o PT da Bahia cresceu 11 pontos percentuais para o volume de recursos para o mesmo cargo.

Para o cargo de deputado federal o crescimento também foi maior no PT da Bahia que entre 2002 e 2010 aumentou em 13,2 pontos percentuais o volume de recursos para o referido cargo, enquanto o PT do Ceará cresceu 9,3 pontos percentuais.

Comparando o volume de financiamento do PT no Brasil e a votação alcançada pelos candidatos à cargos proporcionais nos pleitos de 2002, 2006 e 2010

Depois de termos constatado o aumento no número de volume de financiamento nas receitas petistas resta saber se esse aumento de recursos correspondeu a um aumento no número de votos nos candidatos do PT para os cargos proporcionais.

Observar a relação entre o impacto do volume de recursos sobre a votação se constitui como um ponto fundamental para analisarmos as transformações no padrão de financiamento eleitoral do PT, analisando a correlação entre o volume de recursos e o número de votos, levando em consideração que, como afirmamos nos parágrafos anteriores, a eficiência nos gastos foi por décadas uma marca distintiva das campanhas eleitorais petistas (Samuels, 1997; Peixoto, 2004).

O cálculo da média de recursos por eleitor e média de recursos por candidato foi feito da seguinte forma: ao invés de calcularmos simplesmente a porcentagem de despesas dos comitês partidários para os cargos proporcionais, preferimos utilizar a média de gastos por eleitor registrado³⁹. Desta forma, poderemos perceber se o Partido dos Trabalhadores, dispondo de mais recursos obteve maior sucesso nas urnas para cargos proporcionais em nível de Brasil, Bahia e Ceará.

No intuito de verificar se campanhas dispendiosas financeiramente implicam necessariamente em vitória eleitoral, traçaremos dois quadros comparativos que nos permitem averiguar essa suposta correlação no financiamento de campanhas do PT para deputado estadual (tabela 20) e federal (tabela 21).

Tabela 20- Média de recursos gastos por voto e por candidato para o cargo de Deputado Estadual: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará

Arrecadação Média (em milhares de R\$) - Deputado Estadual						
	Média de Recurso dos Partidos					
	Nacional		Bahia		Ceará	
	recurso por voto	recurso por candidato	recurso por voto	recurso por candidato	recurso por voto	recurso por candidato
2002	3,00	33.019,00	1,70	30.544,00	2,10	33.699,00
2006	5,50	56.407,00	3,60	56.172,00	3,60	51.418,00
2010	10,27	73.095,53	5,64	56.690,89	5,38	47.145,24
Média de Recursos do PT						
2002	2,00	26.965,00	0,90	12.889,00	1,50	33.195,00
2006	5,20	75.457,00	2,80	51.825,00	4,30	65.915,00
2010	10,52	155.324,71	5,47	163.701,42	5,55	112.240,30

Fonte: TSE (para os dados de 2002 e 2006) e às claras (para os dados de 2010)

³⁹ O cálculo consiste em dividirmos o total de despesas partidário pelo número de eleitores em nível de Brasil, Bahia e Ceará, calculando em seguida a média.

Os dados acima levantam questões importantes e ilustram nossas hipóteses iniciais em relação às mudanças nas campanhas petistas com relação ao volume de recursos empregados.

O Partido dos Trabalhadores foi considerado, em relação ao desempenho eleitoral e uso de recursos, como um exemplo de eficiência nos gastos eleitorais (Samuels, 1997).

Analisando os dados em relação à média de recursos por votos e recursos por candidato para o cargo de deputado estadual, observamos que em 2002 o PT tinha a média de recurso por voto menor que a média nacional: tinha 10,4% do total de recursos e 16% do total de votos para o cargo de deputado estadual (tabela 1 dos anexos).

Figurando como partido que mais eficientemente empregava seus recursos, o PT empregou em 2002 R\$2,00 para cada voto obtido, enquanto os demais partidos gastaram em média R\$3,00 por eleitor.

O PT da Bahia também empregou menos recursos que os demais partidos: enquanto o PT baiano gastou R\$ 0,90 por cada voto, os demais partidos gastaram em média R\$1,70 por eleitor. Em 2002 o PT na Bahia tinha 7,7% do total de recursos para o cargo de deputado estadual na Bahia e tinha 15,5% do total de votos (tabela 1 dos anexos).

A média de recursos empregados pelo PT no Ceará por voto também ficou abaixo da média dos demais partidos: o PT gastou por eleitor R\$ 1,50, enquanto os demais partidos gastaram em média R\$ 2,10. Isto é, em 2002 o PT no Ceará tinha 7,2% do total de recursos e 10,6% do total de votos obtidos para o cargo de deputado estadual (tabela 1 dos anexos).

Os dados do pleito de 2006 apontam para um crescimento significativo do volume de recursos despendidos pelos candidatos que concorreram à vaga para deputado estadual em todos os partidos, inclusive do PT tanto à nível de Brasil, como de Bahia e Ceará. No entanto vale atentar que ainda que o PT tenha ficado acima da média de gastos dos demais partidos, houve aumento no volume de recursos em todos os partidos para o cargo de deputado estadual. Em 2006 o PT contava com 11,1% do total de recursos e obteve 12% do total de votos (tabela 1 dos anexos).

Enquanto para os demais partidos a média de recurso por voto para o cargo de deputado estadual quase dobrou de 2002 para 2006 (de R\$ 3,00 para R\$5,50 por voto), o PT

precisou gastar quase o triplo do que gastou em 2002 por cada voto angariado em 2006: de R\$ 2,00 em 2002 para R\$ 5, 20 em 2006.

A mudança no volume de recursos das campanhas a deputado estadual do PT ocorreu também na Bahia que em 2006 tinha 12% do total de recursos e 16,5% do total de votos (tabela 1 dos anexos).

Enquanto a média de recursos por eleitor em todos os partidos dobrou (de R\$ 1,70 para R\$ 3,60) nas campanhas para deputado estadual, o PT baiano despendeu mais do triplo de recurso para conquistar cada voto. Se em 2002 o PT baiano gastava na campanha para deputado estadual R\$ 0,90 por eleitor, em 2006 ele precisou de R\$ 2, 80 para angariar o mesmo voto.

O volume de financiamento das campanhas petistas no Ceará para o cargo de deputado estadual também mudou: o PT tinha 10,2% do total de recursos e 8,6% do total de votos (tabela 1 dos anexos).

Enquanto a média de recursos por eleitor em todos os partidos não chegou nem a dobrar (de R\$ 2, 10 para R\$ 3,60) nas campanhas para deputado estadual em 2006, o PT cearense despendeu quase o triplo de recurso para conquistar voto. Se em 2002 o PT gastava na campanha para deputado estadual R\$ 1, 50 por eleitor, em 2006 ele precisou de R\$ 4,30 para angariar o mesmo voto junto ao eleitorado cearense, ficando a média de recurso por voto do PT cearense acima da média dos demais partidos.

A observação do crescimento no volume de recursos das campanhas para o cargo de deputado estadual do PT no pleito de 2006 em relação ao pleito de 2002 forneceos primeiros indícios de mudanças no padrão de financiamento do PT, aproximando-o do padrão de financiamento dos demais partidos brasileiros. No entanto a ‘consolidação’ desse novo ‘padrão’ de volume de recursos parece ocorrer no pleito seguinte.

Analisando o volume de recursos para o cargo de deputado estadual dos candidatos do PT em 2010, verificamos que a média de recursos por voto supera a média nacional dos demais partidos em nível de PT no Brasil, na Bahia e no Ceará.

Ainda que tenha ocorrido um aumento na média de recursos empregados por cada voto em todos os partidos nas eleições de 2010, a média do PT foi superior a média nacional dos demais partidos: enquanto os candidatos do PT gastaram por cada voto R\$10,52, os demais partidos gastaram por eleitor R\$10,27, ou seja, se em 2002 o PT gastava por eleitor

em média R\$2,00 por voto, em 2010 o ‘preço’ médio do voto aumentou cinco vezes. O PT teve em 2010, 15% do total de votos e 14% do total de recursos para o cargo de deputado estadual (tabela 1 dos anexos).

Em 2010 o gasto médio por eleitor na Bahia também aumentou: o PT gastou em média por cada voto R\$5,47 e os demais partidos R\$5,64. Ou ainda o PT, em 2010, teve 19% do total de recursos e sua votação foi de 20% (tabela 1 dos anexos). Se comparado com o pleito de 2002, o PT gastou seis vezes mais em 2010 por cada voto e os demais partidos triplicaram em 2010 seus gastos médios por eleitor em relação a 2002.

A média de recurso gasto por eleitor pelos candidatos petistas no Ceará foi de R\$5,55 e dos demais partidos foi de R\$5,38.

O PT ficou acima da média dos demais partidos no Ceará, no entanto vale atentar que se comparado com o pleito de 2002, todos os partidos, incluindo o PT, mais que triplicaram a média de recursos gastos por cada voto obtido nas eleições de 2010.

A dinâmica no volume de recursos despendidos para o cargo de deputado estadual sofreu mudanças entre as eleições de 2002 e 2010. Todos os partidos aumentaram seus gastos médios por eleitor a cada pleito analisado, inclusive o Partido dos Trabalhadores.

É necessário atentar para o fato de que o aumento no volume de recursos das campanhas do PT para o cargo de deputado estadual em 2010, nos casos do PT nacional e do PT do Ceará, foi superior a média dos demais partidos, o que implica dizer que diferentemente do que era concebido (Samuels, 1997; Peixoto, 2004), as campanhas do PT nas eleições de 2010 não se configuraram como exemplos de eficiência de gastos.

Cabe saber agora se essa dinâmica de crescimento no volume de recursos em todos os partidos, inclusive do Partido dos Trabalhadores, é uma dinâmica das campanhas proporcionais ou se ela é particular às campanhas para o cargo de deputado estadual, ou seja, se essa mesma dinâmica também é percebida no volume de financiamento para o cargo de deputado federal. Na tabela 21 temos as médias de recursos gastos por eleitor e por candidato para o cargo de deputado federal nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

Tabela 21-Média de recursos gastos por voto e por candidato para o cargo de Deputado Federal: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará

Arrecadação Média (em milhares de R\$) - Deputado Federal						
	Média de Recurso dos Partidos					
	Nacional		Bahia		Ceará	
	recurso por voto	recurso por candidato	recurso por voto	recurso por candidato	recurso por voto	recurso por candidato
2002	2,50	72.147,00	1,90	114.007,00	1,60	85.118,00
2006	4,70	524.144,00	2,10	293.549,00	2,90	427.151,00
2010	9,68	1.679.466,81	6,60	1.014.337,18	5,21	913.340,41
Média de Recursos do PT						
2002	1,40	53.157,00	0,70	49.651,00	1,00	37.950,00
2006	4,90	186.276,00	1,70	139.380,00	4,20	105.144,00
2010	10,52	419.861,47	5,44	343.073,91	4,88	491.020,83

Fonte: TSE (para os dados de 2002 e 2006) e às claras (para os dados de 2010)

Analisando os dados em relação à média de recursos por votos e recursos por candidato para o cargo de deputado federal, observamos que em 2002 o PT tinha a média de recurso por voto menor que a média nacional.

Figurando como partido que mais eficientemente empregava seus recursos, o PT empregou R\$1,40 para cada voto obtido, enquanto os demais partidos gastaram em média R\$2,50 por eleitor. Em 2002 o PT utilizou 10,1% do total de recursos e obteve votação de 17,7% (ver tabela 2 nos anexos).

O PT da Bahia também empregou menos recursos que os demais partidos: enquanto o PT baiano gastou R\$ 0,70 por cada voto, os demais partidos gastaram em média R\$1,90 por eleitor. Em 2002 o PT da Bahia detinha 6,7% do total de recursos e teve 18,8% do total de votos para o cargo de deputado federal (ver tabela 2 dos anexos).

A média de recursos empregados pelo PT no Ceará por voto também ficou abaixo da média dos demais partidos: o PT gastou por eleitor R\$ 1,00, enquanto os demais partidos gastaram em média R\$ 1,60. Em 2002 o PT teve 8,7% do total de votos obtidos e gastou 5,4% do total de recursos para o cargo de deputado federal (ver tabela 2 dos anexos).

Os dados do pleito de 2006 apontam para um crescimento significativo do volume de recursos despendidos pelos candidatos que concorreram a vaga para deputado federal em todos os partidos, inclusive do PT tanto em nível de Brasil, como de Bahia e Ceará. No

entanto vale atentar que ainda que o PT tenha ficado acima da média de gastos dos demais partidos, houve aumento no volume de recursos em todos os partidos para o cargo de deputado federal.

O PT nacional em 2006 tinha 13,6% do total de recursos e obteve 14,2% do total de votos (ver tabela 2 dos anexos). Enquanto para os demais partidos a média de recurso por voto para o cargo de deputado federal quase dobrou de 2002 para 2006 (de R\$ 2,50 para R\$4,70 por voto), o PT precisou triplicar os gastos em relação a 2002 por cada voto angariado: de R\$ 2,00 em 2002 para R\$ 5, 20 em 2006.

A mudança no volume de recursos das campanhas a deputado federal do PT baiano que teve em 2006 13,2% do total de recursos para o cargo de deputado federal e obteve 19,1% do total de votos (ver tabela 2 dos anexos). Enquanto a média de recursos por eleitor em todos os partidos nem chegou a dobrar (de R\$ 1,90 para R\$ 2,10) nas campanhas para deputado federal, o PT baiano despendeu mais que o dobro de recurso para conquistar cada voto. Se em 2002 o PT baiano gastava na campanha para deputado federal R\$ 0,70 por eleitor, em 2006 ele precisou de R\$ 1, 70 para angariar o mesmo voto.

O volume de financiamento das campanhas petistas no Ceará para o cargo de deputado federal também mudou: o PT obteve votação de 9,6% e despendeu 13% do total de recursos (ver tabela 2 dos anexos).

Enquanto a média de recursos por eleitor em todos os partidos não chegou a duplicar (de R\$ 1, 60 para R\$ 2,90) nas campanhas para deputado federal em 2006, o PT cearense despendeu quatro vezes mais recursos por cada voto conquistado. Se em 2002 o PT gastava na campanha para deputado federal R\$ 1, 00 por eleitor, em 2006 ele precisou de R\$ 4,20 para angariar o mesmo voto junto ao eleitorado cearense, ficando a média de recurso por voto do PT cearense acima da média dos demais partidos.

A observação do crescimento no volume de recursos das campanhas para o cargo de deputado federal do PT no pleito de 2006 em relação ao pleito de 2002 fornece os primeiros indícios de mudanças no padrão de financiamento do PT, aproximando-o do padrão de financiamento dos demais partidos brasileiros. No entanto a ‘consolidação’ desse novo ‘padrão’ de volume de recursos parece ocorrer, tal qual nas campanhas a deputado estadual, no pleito seguinte.

Analisando o volume de recursos para o cargo de deputado federal dos candidatos do PT em 2010, verificamos que a média de recursos por voto supera a média nacional dos demais partidos em nível de PT no Brasil: o PT teve 17,3% do total de recursos e obteve votação de 15,9% (ver tabela 2 dos anexos). Já com relação à Bahia e ao Ceará, a média de volume de recursos por votos não supera a média dos demais partidos, mas há um crescimento significativo no volume de recursos do PT nos dois estados.

Ainda que tenha ocorrido um aumento na média de recursos empregados por voto em todos os partidos nas eleições de 2010, a média do PT foi superior à média nacional dos demais partidos: enquanto os candidatos do PT gastaram por cada voto R\$10,52, os demais partidos gastaram por eleitor R\$9,68, ou seja, se em 2002 o PT gastava por eleitor em média R\$1,40 por voto, em 2010 o ‘preço’ médio do voto aumentou mais que sete vezes.

Em 2010 o gasto médio por eleitor na Bahia também aumentou: o PT gastou em média por cada voto R\$5,44 e os demais partidos R\$6,60. Em 2010 o PT baiano teve 19,9% do total de recursos para o cargo de deputado federal e obteve 24,2% do total de votos (ver tabela 2 dos anexos). Se comparado com o pleito de 2002, o PT, ainda que tenha ficado abaixo da média dos demais partidos na Bahia, os candidatos petistas gastaram sete vezes mais em 2010 por cada voto e os demais partidos triplicaram seus gastos médios por eleitor em relação a 2002.

Em 2010 o PT no Ceará teve 14,7% do total de recursos para o cargo de deputado federal e obteve 15,6% do total de votos (ver tabela 2 dos anexos). A média de recurso gasto por eleitor pelos candidatos petistas no Ceará em 2010 foi de R\$4,88 e dos demais partidos foi de R\$5, 21. O PT ficou abaixo da média dos demais partidos, no entanto vale atentar que se comparado com o pleito de 2002, o PT, gastou quatro vezes mais para cada voto obtido e os demais partidos mais que triplicaram a média de recursos gastos por cada voto obtido nas eleições de 2010.

A dinâmica no volume de recursos despendidos para o cargo de deputado federal sofreu mudanças entre as eleições de 2002 e 2010. Todos os partidos aumentaram seus gastos médios por eleitor a cada pleito analisado, inclusive o Partido dos Trabalhadores.

Vale atentar que o aumento no volume de recursos das campanhas do PT para o cargo de deputado federal em 2010, no caso do PT nacional foi superior a média dos demais partidos e do PT nos estados da Bahia e Ceará se aproximaram dos valores despendidos e

isso implica dizer que diferentemente do que era concebido (Samuels, 1997; Peixoto, 2004), as campanhas do PT para o cargo de deputado federal nas eleições de 2010 não se configuraram como exemplos de eficiência de gastos.

Comparando o volume de financiamento do PT no Brasil, no Ceará e na Bahia nos pleitos de 2002, 2006 e 2010 no tocante à natureza do financiamento privado: pessoas físicas e jurídicas.

Outra questão pertinente no tocante às transformações no padrão de financiamento do PT é a composição dos recursos segundo a natureza do doador privado: pessoa física ou jurídica. Buscaremos compreender se ocorreram mudanças quanto à composição do financiamento das campanhas do PT para os cargos proporcionais nos pleitos de 2002, 2006 e 2010. Para tal, a coleta de dados e elaboração da composição não contabilizou recursos obtidos em eventos e na comercialização de produtos, contabilizando exclusivamente doações de pessoas físicas e jurídicas⁴⁰.

⁴⁰ Como o que interessava para essa análise era exclusivamente as contribuições privadas de pessoas físicas e jurídicas foram também excluídos do cálculo cotizações dos filiados, fundo partidário e contribuições estatutárias obrigatórias. Sobre o peso das demais contribuições no financiamento das campanhas do PT ver Ribeiro, 2008.

Tabela 22: Doações de Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ) para o cargo de Deputado Estadual entre os anos de 2002 e 2010: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará

Anos Eleitorais						
Partido	2002		2006		2010	
	% PF	% PJ	% PF	% PJ	% PF	% PJ
PT /BR	49,2%	44,6%	37,9%	58,4%	26,3%	42,1%
PT /BA	61,9%	36,6%	56%	39,7%	25,3%	34,3%
PT /CE	94,7%	0,4%	49,9%	48%	24,4%	53,1%

Fonte: TSE (para os dados de 2002 e 2006) e às claras (para os dados de 2010)

A contribuição de doações oriundas de pessoas físicas para o financiamento de campanhas dos candidatos do PT para o cargo de deputado estadual à nível de Brasil vem sofrendo um recuo: enquanto em 2002 representava 49,2% do total de receitas, em 2006 caiu para 37,9% e em 2010 representou apenas 26,3% do total de recursos.

O volume de recursos oriundos de pessoas físicas também vem sofrendo uma queda nas campanhas petistas a deputado estadual na Bahia: em 2002 as contribuições somavam 61,9%, em 2006 caiu para 56% e em 2010 foi de apenas 25,3% do total de recursos privados.

O financiamento oriundo de pessoas físicas no Ceará também sofreu queda entre 2002 e 2010: em 2002 os recursos provenientes de pessoas físicas contabilizavam 94,7% do total de doações privadas, em 2006 caiu para 49,9% e em 2010 somou apenas 24,4% do total dos recursos privados.

Entre os pleitos de 2002 e 2006, as empresas contribuíram com 44,6% e 58,4% respectivamente para o financiamento das campanhas petistas- nacional- para o cargo de deputado estadual. No entanto em 2010 houve uma queda e as doações oriundas de pessoas jurídicas representaram 42,1% do total do volume de recursos privados. No entanto vale ressaltar que ainda sim foram superiores às contribuições de pessoas físicas.

O volume de recursos oriundos de pessoas jurídicas para o cargo de deputado estadual no PT da Bahia sofreu oscilações entre as campanhas de 2002 e 2010: em 2002 as

empresas contribuíram com 36,6%, em 2006 as contribuições aumentaram para 39,7% e em 2010 caiu para 34,3%.

O financiamento oriundo de pessoas jurídicas no Ceará, diferentemente do PT nacional e do PT na Bahia, vem aumentando entre 2002 e 2010: em 2002 os recursos provenientes de pessoas jurídicas contabilizavam apenas 0,4% do total de doações privadas, em 2006 aumentou para 48% e em 2010 foi para 53,1% do total dos recursos privados.

A dinâmica na composição do volume de recursos para o cargo de deputado estadual oriundos de pessoas físicas e jurídicas sofreu mudanças entre as eleições de 2002 e 2010 e podemos afirmar que, apesar das oscilações, as contribuições de empresas têm superados as contribuições das pessoas físicas tanto no PT a nível nacional como nos estados da Bahia e do Ceará.

Cabe saber agora se a dinâmica de crescimento do volume de recursos oriundos de pessoas físicas e jurídicas no financiamento das campanhas petistas para o cargo de deputado estadual é uma dinâmica das campanhas proporcionais ou se ela é particular às campanhas para o cargo de deputado estadual, ou seja, se essa mesma dinâmica também é percebida na composição do financiamento para o cargo de deputado federal. A tabela 23 apresenta a composição do financiamento para o cargo de deputado federal nas eleições de 2002, 2006 e 2010.

Tabela 23- Doações de Pessoas Físicas (PF) e Pessoas Jurídicas (PJ) para o cargo de Deputado Federal entre os anos de 2002 e 2010: comparando PT Brasil X PT Bahia X PT Ceará

Anos Eleitorais						
Partido	2002		2006		2010	
	% PF	% PJ	% PF	% PJ	% PF	% PJ
PT /BR	86%	14%	82%	18%	48,8%	29%
PT /BA	83,2%	16,1%	76,5%	17,5%	50,3%	35,9%
PT /CE	90,3%	5,2%	75,7%	21,8%	43,7%	33%

Fonte: TSE (para os dados de 2002 e 2006) e às claras (para os dados de 2010)

A contribuição de doações oriundas de pessoas físicas para o financiamento de campanhas dos candidatos do PT para o cargo de deputado federal a nível de Brasil vem sofrendo um recuo: enquanto em 2002 representava 86% do total das receitas, em 2006 caiu para 82% e em 2010 representou 4,8% do total de recursos privados.

O volume de recursos oriundos de pessoas físicas também vem sofrendo uma queda nas campanhas petistas a deputado federal na Bahia: em 2002 as contribuições somavam 83,2%, em 2006 caiu para 76,5% e em 2010 foi de 50,3% do total de recursos privados.

O financiamento oriundo de pessoas físicas no Ceará também sofreu queda entre 2002 e 2010: em 2002 os recursos provenientes de pessoas físicas contabilizavam 90% do total de doações privadas, em 2006 caiu para 75,7% e em 2010 somou 43,7% do total dos recursos privados.

Entre os pleitos de 2002 e 2006, as empresas contribuíram com 14% e 18% respectivamente para o financiamento das campanhas petistas- nacional- para o cargo de deputado federal. Em 2010 houve um aumento e as doações oriundas de pessoas jurídicas representaram 29% do total do volume de recursos privados.

O volume de recursos oriundos de pessoas jurídicas para o cargo de deputado federal no PT da Bahia tem aumentado entre as campanhas de 2002 e 2010: em 2002 as empresas contribuíram com 16,1%, em 2006 as contribuições aumentaram para 17,5% e em 2010 para 35,9%.

O financiamento oriundo de pessoas jurídicas para o cargo de deputado federal no Ceará, tal qual a dinâmica do PT nacional e do PT na Bahia, vem aumentando entre 2002 e 2010: em 2002 os recursos provenientes de pessoas jurídicas contabilizavam apenas 5,2% do total de doações privadas, em 2006 aumentou para 21,8% e em 2010 somou 33% do total dos recursos privados.

A dinâmica na composição do volume de recursos oriundos de pessoas físicas e jurídicas sofreu mudanças entre as eleições de 2002 e 2010 e podemos afirmar que, apesar das oscilações, as contribuições jurídicas vêm aumentando, no entanto elas ainda não superaram as contribuições das pessoas físicas tanto no PT em nível nacional como nos estados da Bahia e do Ceará para o cargo de deputado federal.

Considerações finais

Durante os seus trinta anos de existência, o Partido dos Trabalhadores deixa evidente em seu trajeto mudanças significativas. Do ponto de vista da Ciência Política, a percepção dessas transformações se dá em três dimensões: funcional (relação da Legenda com o aparelho estatal e sociedade civil), organizativa (estrutura e distribuição de poder) e competitiva (o comportamento da legenda na arena eleitoral). Nesse último aspecto enquadramos o objeto de estudo do presente trabalho: financiamento de campanhas eleitorais.

Os estudos vigorosos sobre as transformações ocorridas no PT estão, em sua maioria, aglutinados em duas dimensões: a funcional e a organizativa. Em contraposição, as transformações ocorridas no padrão de financiamento das campanhas petistas não têm recebido a mesma atenção que as mudanças ocorridas em termos de funcionamento e organização do Partido. Essa lacuna não se justifica tendo em vista que, compreender a dinâmica do padrão de custeio das campanhas eleitorais pode fornecer elementos fundamentais na compreensão da terceira dimensão analítica sobre as mudanças ocorridas no PT: a dimensão competitiva.

As transformações na perspectiva de ação e orientação ideológica do Partido dos Trabalhadores parecem ficar evidentes no padrão de financiamento das suas campanhas eleitorais. O financiamento eleitoral petista, nos últimos pleitos parece sinalizar novas práticas político-eleitorais que por sua vez são antagônicas aos princípios históricos do PT.

Um dos indicadores dessas transformações é o aumento do volume de financiamento, evidente nas prestações de contas declaradas pelo Partido, entre os pleitos de 2002 e 2010.

O volume de recursos financeiros utilizados pelo PT entre os pleitos de 2002 e 2010 nas disputas eleitorais, quando confrontados apontam para uma crescente importância dada a estes, caracterizando o padrão de financiamento das campanhas petistas, bem próximo ao padrão dos demais partidos.

Em decorrência do massivo volume de informações disponíveis no TSE e os objetivos a que se propõe uma dissertação, optei por eleger estados para possibilitar que o estudo fosse feito sem maiores prejuízos qualitativos. A escolha foi pelos estados da Bahia e do Ceará e para tal considerei as mudanças ocorridas no padrão de votação nesses estados com a eleição de Lula.

Ainda que guardem particularidades históricas, Bahia e Ceará parecem também manter similaridades com os demais estados da região Nordeste, em termos de mudanças na arena político-partidário-eleitoral. Outro fator relevante nessa delimitação metodológica foi constatar que os diretórios estaduais do PT na Bahia e no Ceará acompanharam as mudanças do PT Nacional, e aqui nos interessa especialmente as mudanças no volume de recursos para o financiamento de campanhas.

No capítulo I houve uma breve incursão bibliográfica sobre os estudos que tratam de partidos políticos no contexto político brasileiro.

No capítulo II foi feita uma análise em torno dos aspectos institucionais relevantes para a regulação do financiamento eleitoral no Brasil: as leis eleitorais e os estatutos partidários dos partidos no Brasil. Esse capítulo contém um breve percurso histórico da legislação eleitoral na busca pela transparência no financiamento de campanhas e na tentativa de minimizar a influência decisiva e, por vezes, comprometedora, do dinheiro em campanhas eleitorais.

Tendo em vista a autonomia conferida pela legislação brasileira aos partidos políticos no tocante a distribuição e a as regras de captação de recursos em campanhas, fiz uma breve apresentação do conteúdo dos estatutos partidários sobre referido tema, onde pude constatar que essa autonomia impulsiona a uma centralização, por parte dos dirigentes partidários, na condução dos assuntos estratégicos eleitorais dos partidos.

Nos capítulos III e IV há apresentação de um panorama geral dos aspectos político-partidários dos estados da Bahia e Ceará, enfatizando o intenso processo de mudanças que vem ocorrendo no cenário político dos dois estados. O objetivo foi apresentar através da análise dos resultados dos dados eleitorais, a inserção significativa do Partido dos Trabalhadores na arena eleitoral, nos dois estados entre as eleições de 2002 e 2010.

No último capítulo apresentei os dados do financiamento eleitoral das campanhas do PT, analisando as implicações desses resultados para a interação entre PT e arena eleitoral.

Nesse tópico buscamos encontrar evidências empíricas da hipótese inicial desse trabalho: as mudanças no padrão do volume de recursos dos Partidos dos Trabalhadores, intensificadas principalmente após as eleições de 2002. A partir dos dados apresentados podemos inferir algumas constatações quanto a dinâmica no volume de financiamento das campanhas proporcionais do Partido dos Trabalhadores, quanto:

- a) ao crescimento do volume de recursos nas campanhas para cargos proporcionais, em especial do PT tem seguido uma dinâmica de crescimento nos pleitos de 2002, 2006 e 2010. Vale atentar que o aumento foi verificado também nos demais partidos analisados (DEM, PSDB e PMDB);
- b) a dinâmica no volume de recursos dos candidatos do PT para os cargos proporcionais na Bahia e Ceará que foi superior aos demais partidos analisados nos dois estados (DEM, PSDB e PMDB) entre os pleitos de 2002 e 2010;
- c) ao volume de recursos para as campanhas proporcionais do PT cresceu tanto a nível de PT Brasil como a nível de PT Bahia e no PT Ceará. No entanto cabe atentar que o PT baiano teve maior volume de recursos para todos os cargos proporcionais em relação ao PT cearense;
- d) o aumento no volume de recursos das campanhas do PT para o cargo de deputado estadual e federal em 2010, nos casos do PT nacional e do PT da Bahia, foi superior a média dos demais partidos e isso implica dizer que diferentemente do que era concebido (Samuels, 1997; Peixoto, 2004), as campanhas do PT entre as eleições de 2002 e 2010 não se configuraram nos pleitos observados como exemplos de eficiência de gastos;
- e) ocorreram também mudanças quanto à composição do financiamento das campanhas do PT para os cargos proporcionais. Tanto nas campanhas para o cargo de deputado estadual como deputado federal as contribuições oriundas de pessoas jurídicas vêm aumentando entre os pleitos de 2002 e 2010.

Ainda que com um nível de abrangência restrito, os dados analisados ao longo desse estudo nos fornecem indícios de mudanças em uma arena ainda pouca explorada pelos estudiosos do Partido dos Trabalhadores: o financiamento eleitoral de suas campanhas. Entre os pleitos de 2002 e 2010 o PT apresentou um padrão de volume de financiamento bem

próximo ao dos demais partidos, em termos da inserção, cada vez maior, de recursos financeiros em suas campanhas, e apresentou-se também como um partido que gasta de forma menos eficiente seus recursos. Nesse sentido é válido que outros estudos venham a aprofundar o debate em torno dessa temática, tendo em vista sua centralidade nos processos políticos eleitorais.

Referências Bibliográficas

- AMARAL, O. E. A estrela não é mais vermelha. São Paulo: Garçon, 2003.
- _____. As transformações na organização interna do Partido dos Trabalhadores entre 1995 e 2009. 2010. 306f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo.
- ANASTACIA, F & CINTRA, A. O. (orgs.) [2 ed.] Sistema Político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer; São Paulo: Unesp, 2007.
- AVRITZER, L. & ANASTACIA, F (orgs.). Reforma Política no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2006.
- AZEVEDO, Clóvis Bueno. A estrela partida ao meio. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BORGES, André. Já não se fazem mais máquinas políticas como antigamente: competição vertical e mudança eleitoral nos estados brasileiros. **Net**. Curitiba, fev. 2010. **Rev. Sociol. Polít.** v. **18**, n. **35**, p. 167-188. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n35/v18n35a11.pdf>>. Acesso em: 21 jul. 2010.
- BOURDOUKAN, A. Y. 2009. 351f. O Bolso e a Urna: financiamento político em perspectiva comparada. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- CAMPOS, M. M. Democracia, partidos e eleições: os custos do sistema partidário-eleitoral no Brasil. 2009. 237f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política) Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Minas Gerais.
- CARVALHO, R. V. A. Transição democrática brasileira e padrão publicitário midiático da política. São Paulo: Pontes editores/UFC, 1999.
- _____. (org.). O Ceará na década de 1980: atores políticos e processos sociais. Campinas, São Paulo: Pontes; Fortaleza: Programa de Pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2009.
- _____. (org.). A produção de campanhas da política em campanhas eleitorais: eleições municipais de 2000. Campinas, São Paulo: Pontes; Fortaleza: Programa de Pós-graduação em sociologia da Universidade Federal do Ceará, 2003

- CARVALHO, R. V. A. & LEMENHE, A. (orgs). Política, cultura e processos eleitorais. São Paulo: Konrad Adenauer, 2005.
- DANTAS NETO, P. F. Tradição, autocracia e carisma: a política de Antonio Carlos Magalhães na modernização da Bahia (1954-1974). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- DEMIER, Felipe. As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil. Rio de Janeiro: Bom texto, 2003.
- GADOTTI, M. & PEREIRA, O. Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Cortez, 1989.
- GUIMARÃES, A. S, A. Formação e crise da hegemonia burguesa na Bahia. 1982. 144f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Bahia.
- IASI, Mauro Luis. As metamorfoses da consciência de classe (o PT entre a negação e o consentimento). São Paulo: Expressão popular, 2006.
- MENEGUELLO, Rachel. PT: a formação de um partido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MONTENEGRO, Abelardo F. Os partidos políticos do Ceará. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.
- OLNDA, E. M. B. A dimensão educativa do Partido político. Fortaleza: Expressão, 1991.
- PEIXOTO, V.M. Votos: Valem quanto pesam? O Impacto do Financiamento de Campanhas Eleitorais no Brasil.2004. 83f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ.
- RIBEIRO, P. J. F. Dos sindicatos ao governo: a organização nacional do PT de 1980 a 2005. 2008. 306f. Tese de Doutorado (Doutorado em Ciência Política)- Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, São Paulo.
- RUBIM, A. A. C.(org.). Mídia e eleições 2000 em Salvador. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2002.
- SACHET, T. & SPECK, B.(2010). Financiamento Eleitoral e Representação Política: o peso do dinheiro e o desequilíbrio de gênero nas esferas legislativas. 34º Encontro

Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais, Caxambu, 25-29 out (paper).

SADER, Emir (org.). *E agora PT? Caráter e identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SANTANA, M. Aurélio. (1998), *Esquerda e sindicato no Brasil: o PCB (1945/1992)*. Rio de Janeiro, tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS. R. D. *A economia política das Eleições 2002. Um estudo sobre a concentração de financiamento de campanha para deputado federal*. 2009. 168f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro.

SPECK, B. W. . *Reagir a escândalos ou perseguir ideais? A regulação do financiamento político no Brasil*. In: Wilhelm Hofmeister. (Org.). *Reforma política: agora vai?* 1 ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, v. VI, p. 123-159.

_____. *O financiamento de campanhas eleitorais*. In: Leonardo Avritzer, Fatima Anastásia. (Org.). *Reforma Política no Brasil*. 1 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. , p. 153-158.

_____. *Análisis comparativo sobre financiamiento de campanas y financiamiento de partidos políticos. Brasil*. In: Steven Griner, Daniel Zovatto. (Org.). *De Las Normas A Las Buenas Prácticas - El desafio del financiamiento político en América Latina*. San José, Costa Rica: IDEA/OEA, 2004, v. , p. 1-19.

Sites consultados

TSE

<http://www.tse.jus.br/>Acesso em: 21 jul. 2010

às claras

<http://www.asclaras.org.br/>Acesso em: 21 jul. 2010

Anexos

Tabela 1: Comparação entre votos e recursos para o cargo de Deputado Estadual (PT; PMDB; PSDB; DEM):

Anos Eleitorais						
Partido	2002		2006		2010	
	% Votos	% Recursos	% Votos	% Recursos	% Votos	% Recursos
PT /BR	16,0%	10,4%	12,0%	11,1%	15,0%	14,0%
PT /BA	15,5%	7,7%	16,5%	12%	20%	19%
PT /CE	10,6%	7,2%	8,6%	10,2	10,4%	11%
PMDB/BR	10,9%	11,9%	13,9%	15,6%	12,2%	13%
PMDB/BA	3,6%	6,8%	6,0%	8,2%	10,2%	9,4%
PMDB/CE	9,3%	9,9%	12,4%	13,9%	5,6%	6,5%
PSDB/BR	13%	15,4%	16%	17,6%	13%	15%
PSDB/BA	3,9%	8,9%	4,8%	6,1%	3,9%	10,0%
PSDB/CE	31,7%	34,4%	29,4%	37,0%	15,7%	15,4%
DEM/BR	10,4%	11,7%	10,8%	11,2%	6,2%	6,2%
DEM/BA	23,7%	20,8%	25,6%	24,1%	7,4%	9,9%
DEM/CE	2,0%	1,9%	2,4%	0,4%	2,8%	2,9%

Tabela 2- Comparação entre votos e recursos para o cargo de Deputado Federal (PT; PMDB; PSDB; DEM):

Anos Eleitorais						
Partido	2002		2006		2010	
	% Votos	% Recursos	% Votos	% Recursos	% Votos	% Recursos
PT /BR	17,7%	10,1%	14,2%	13,6%	15,9%	17,3%
PT /BA	18,8%	6,7%	19,1%	13,2%	24,2%	19,9%
PT /CE	8,7%	5,4%	9,6%	13,0%	15,6%	14,7%
PMDB/BR	14,2%	14,5%	15,4%	16,7%	13,3%	15,8%
PMDB/BA	8,9%	16,2%	5,8%	4,4%	10,0%	6,5%
PMDB/CE	21,0%	33,9%	24,1%	27,1%	23,5%	31,3%
PSDB/BR	14,8%	20,8%	13,4%	16,8%	10,7%	14,2%
PSDB/BA	6,2%	13,9%	4,6%	10,4%	6,0%	11,6%
PSDB/CE	32,8%	36,4%	20,5%	28,1%	7,0%	13,0%
DEM/BR	14,2%	16,9%	11,6%	12,9%	7,8%	8,9%
DEM/BA	46,2%	44,9%	37,5%	44,7%	15,0%	22,5%
DEM/CE	11,1%	3,8%	1,2%	1,2%	0,8%	0,5%

Quadro 03: Índice de volatilidade na Bahia/Dep. Estadual

Volatilidade eleitoral- Dep. Estadual Bahia		
2002	2006	2010
25%	23%	31%

Fonte: elaborado pela autora

Quadro 04: Índice de volatilidade na Ceará/Dep. Estadual

Volatilidade eleitoral- Dep. Estadual Ceará		
2002	2006	2010
26%	32%	35%

Fonte: elaborado pela autora